

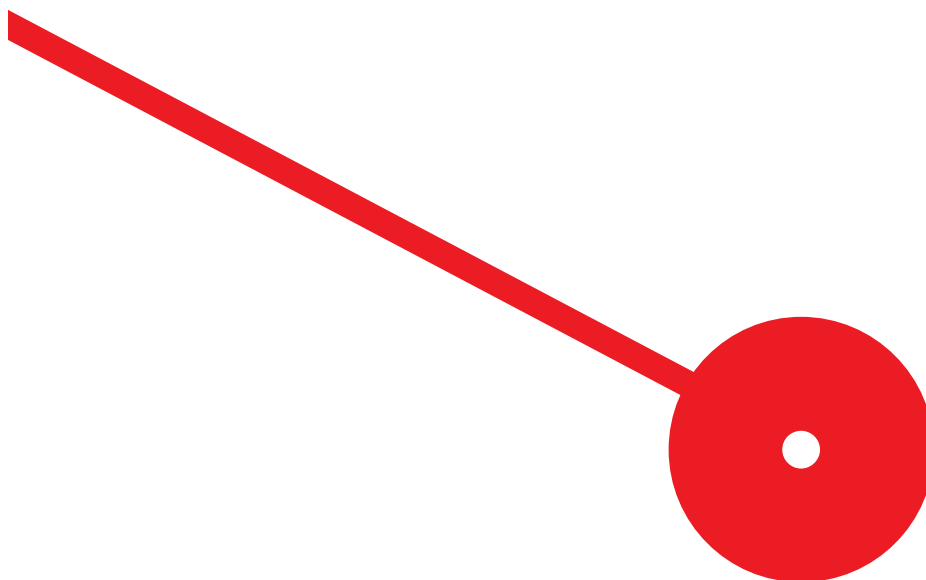
M

MESTRADO
Auditoria

Controlo interno em
micro e pequenas
empresas

João Pedro Loureiro Silva

2023/2024



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

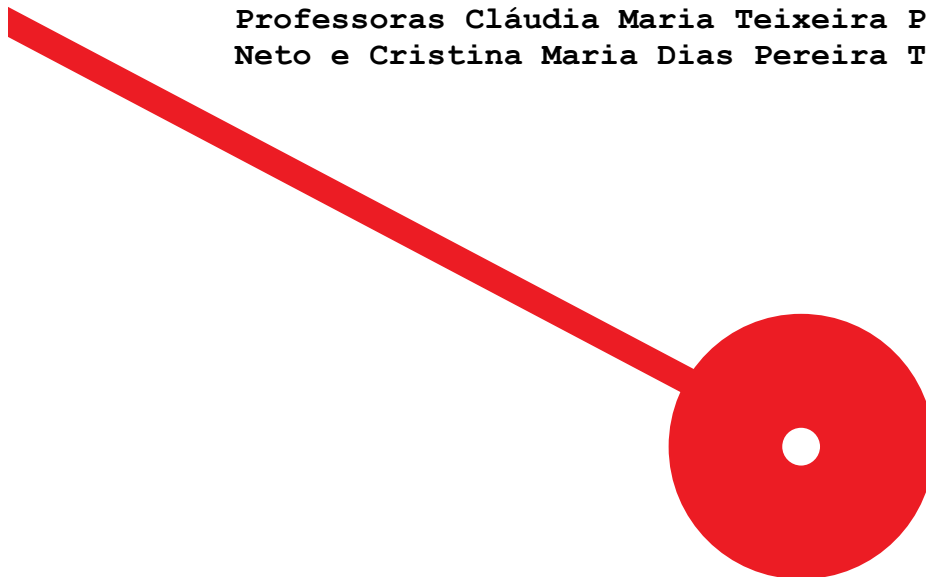
M

MESTRADO
Auditoria

Controlo interno em micro e pequenas empresas

João Pedro Loureiro Silva

**Dissertação de Mestrado apresentado ao
Instituto Superior de Contabilidade e
Administração do Porto para a obtenção do grau
de Mestre em Auditoria, sob orientação das
Professoras Cláudia Maria Teixeira Pinto Gomes
Neto e Cristina Maria Dias Pereira Torres**



Dedicatória

Aos meus pais, ao meu irmão.

À minha avó.

Agradecimentos

Um agradecimento especial às minhas orientadoras, professora Cláudia Maria Teixeira Pinto Gomes Neto e professora Cristina Maria Dias Pereira Torres pela sua disponibilidade e contributo para a realização deste objetivo.

Aos meus pais, Avelino Silva e Amélia Loureiro, ao meu irmão Daniel Silva e à minha avó Adelaide Santos, por sempre me terem apoiado e incentivado durante todo o meu percurso académico.

À minha namorada Fátima, por nunca me ter deixado desistir e sempre me motivar nos momentos mais difíceis.

À minha amiga e companheira académica Filipa, por todo o apoio durante o percurso académico.

A todos os meus amigos que sempre estiveram ao meu lado nos momentos mais importantes.

A todos, o meu mais sincero obrigado!

Resumo:

Cada vez, é mais importante adotar, em ambiente empresarial, o sistema de controlo. Falando em empresas de Micro e Pequena dimensão, o controlo interno, em alguns casos, é um conceito desconhecido.

Este estudo tem como objetivo, avaliar a aplicação de sistemas de controlo interno em Micro e Pequenas Empresas e, nas empresas em que este é aplicado, quais os departamentos em que o mesmo tem maior destaque.

Para alcançar o objetivo proposto, foi adotada uma metodologia baseada na aplicação de um questionário direcionado a diversas empresas. O questionário foi estruturado em três partes: inicialmente, pretendeu-se caracterizar o perfil do respondente e empresa; em seguida, avaliar o nível de conhecimento do mesmo sobre o tema "Controlo Interno"; e, por fim, identificar as áreas que o respondente considera mais relevantes para a atuação do controlo interno.

Através deste estudo, também foi possível perceber os pontos em que os inquiridos consideram que o controlo interno contribui positivamente para a empresa e avaliar se os responsáveis por essa função devem dedicar-se exclusivamente a ela.

Este estudo permitiu concluir que, ainda existem algumas empresas que não adotam qualquer tipo de procedimentos de controlo interno. Contudo, grande parte das entidades inquiridas, adotam sistemas de controlo interno no seu seio.

Considerando o descrito anteriormente, este estudo é relevante para a literatura, na medida em que analisa uma amostra de empresas de micro e pequena dimensão, que, atualmente, constituem a maior parte do tecido empresarial português.

Palavras chave: Controlo Interno; Micro e Pequenas Empresas; Questionário; Áreas de atuação do Controlo Interno

Abstract:

It is increasingly harder to adopt the control system in a business environment. Speaking of Micro and Small-sized companies, internal control (1), in some cases, is an unknown concept.

This study aims to evaluate the application of internal control systems in Micro and Small Enterprises and, in the companies where it is applied, which departments are more prominent.

To achieve the objective proposed above, the methodology adopted was to send questionnaires to several companies, with questions that outlined, at first, the profile of the respondent and company, then, to understand the knowledge that the respondent has on the subject of "Internal Control" and, finally, to understand which areas the respondent considers most relevant for the performance of internal control. Through this study, it was also possible to understand in which ways internal control positively contributes to companies and if the person or persons responsible of internal control should only work on that matter.

This study allowed us to conclude that there are still some companies that do not adopt any type of internal control procedures. However, most of the entities surveyed adopt internal control systems within their entities.

Considering what has been described above, this study is important for the literature, as it analyzes a sample of micro and small-sized companies, which currently constitute the majority of the Portuguese business fabric.

Key words: Internal Control; Micro and Small Enterprises; Questionnaire; Areas of Internal Control

Índice geral

Capítulo I - Introdução	12
Capítulo II – Revisão da Literatura.....	15
2 Micro e Pequenas Empresas	16
2.1 Definição de micro e pequenas empresas.....	16
2.2 Caracterização de micro e pequenas empresas.....	19
2.3 A Contabilidade nas micro e pequenas empresas.....	20
2.4 Controlo Interno	22
2.5 Evolução histórica	22
2.6 Conceito e Objetivos do CI	23
2.7 Princípios do controlo interno	25
2.8 Sistema de Controlo Interno	27
2.9 Tipos de Controlo Interno	27
2.10 Limitações do Controlo Interno.....	29
2.11 Modelos de Controlo Interno.....	30
2.11.1 <i>The Commitee of Sponsoring Organizations of the Treadway (COSO)</i> ..	31
2.12 Bibliometria	34
Capítulo III– Metodologia	37
3.1 Definição de Metodologia	38
3.2 Tipos de Metodologias de Investigação	38
3.3 Metodologia de Investigação adotada	39
3.4 Hipóteses e questões de Investigação.....	40
3.5 População e amostra	41
3.6 Instrumento de recolha de dados	41
3.6.1 Descrição do questionário	41
3.6.2 Procedimento de recolha dos dados.....	44
3.6.3 Procedimento de análise dos dados	44

Capítulo IV – Análise e discussão de resultados.....	45
4.1 Caracterização do respondente	46
4.2 Caracterização da empresa	49
4.3 Controlo Interno	52
4.4 Interpretação dos resultados obtidos.....	62
Capítulo V – Conclusão.....	66
5.1 Considerações finais	67
5.2 Limitações ao estudo	68
5.3 Perspetivas futuras de investigação	68
Referências bibliográficas	70
Apêndices.....	74
Apêndice I – Modelo do Inquérito enviado	75

Índice de Figuras

Figura 1-Os cinco componentes do controlo interno.....	25
Figura 2-Estrutura Cubo COSO I (2013)	32
Figura 3- Estrutura Cubo COSO II (2004)	33
Figura 4-Esrtutura COSO ERM (2017).....	34
Figura 5-Distribuição do estudo do Internal control Small business. Consultado a 05/02/2023	35
Figura 6- Distribuição das 10 categorias com mais artigos. Consultado a 05/02/2023..	35
Figura 7-Distribuição dos artigos por modelos. Consultado a 05/02/2023	36
Figura 8- Grau académico dos inquiridos (Questão 2).....	46
Figura 9- Função dos inquiridos na empresa onde trabalham (Questão 3)	47
Figura 10- Número de anos de trabalho dos inquiridos na empresa (Questão 4).....	48
Figura 11- Número de empresas de acordo com a quantidade de colaboradores.....	50
Figura 12- Volume de negócio da empresa em milhares de euros (Questão 9)	51
Figura 13- Importância que atribui ao Controlo Interno nas diferentes áreas (Questão 13)	56
Figura 14- Importância do controlo interno (Questão 14).....	57
Figura 15- Grau de importância que atribui às afirmações no âmbito das micro e pequenas empresas (Questão 15).....	60
Figura 16- Benefícios de ter pessoal dedicado exclusivamente ao controlo interno (Questão 16)	61

Índice de Tabelas

Tabela 1-PME's por dimensão.....	13
Tabela 2- Categorias das entidades considerando a dimensão	18
Tabela 3-Limites definidos pelo IAPMEI e pelo SNC.....	19
Tabela 4- NCRF aplicáveis por categoria de entidade	21
Tabela 5-Princípios do controlo interno	26
Tabela 6- Exemplos de CI por tipo de Controlo.....	28
Tabela 7- Hipóteses de Investigação	40
Tabela 8- Tem conhecimento do que é o controlo interno? (Questão 5)	49
Tabela 9- Dimensão da empresa (Questão 6).....	49
Tabela 10- Setor de atividade (Questão 7)	50
Tabela 11- Considera que o responsável pelo Controlo Interno deve ter unicamente esta função (Questão 12).....	53
Tabela 12- Questões do questionário para validação da H1	62
Tabela 13- Questões do questionário para validação da H2.....	63
Tabela 14- Questões do questionário para validação da H3.....	64

Lista de abreviaturas

CE- Comissão Europeia

CI- Controlo Interno

IAPMEI- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

MPE- Micro e Pequenas Empresas

PME- Pequenas e Medias Empresas

NCRF- Normas Contabilísticas de Relato Financeiro

OROC- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

SNC- Sistema de Normalização Contabilística

AICPA- *American Institute of Certified Publics Accountants*

IIA- *Institute of Internal Auditors*

COSO- *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*

IFAC- *International Federation of Automatic Control*

O controlo interno é importante em micro e pequenas empresas (MPEs) para garantir a precisão e integridade das informações financeiras, proteger os ativos da empresa, melhorar a eficiência operacional e aumentar a confiança dos investidores e *stakeholders*.

A auditoria é uma temática pouco abordada/implementada nos primeiros anos de atividade de uma sociedade, contudo, com o crescimento da entidade a necessidade de recorrer a controlos internos aumenta. Com o crescimento das empresas, tanto em volume de negócio como em diversidade de produtos e serviços, o controlo torna-se cada vez mais deficitário caso não acompanhe este crescimento. De modo a colmatar esta lacuna, a necessidade de recorrer a auditores internos aumenta.

Em Portugal, as PME destacam-se no tecido empresarial, representando 99.9% do total de empresas, sendo que as MPE representam 98.1% (segundo dados do INE, com data de 2020). Desta forma a importância das MPE's no desenvolvimento económico é notório, sendo estas, por via da sua dimensão, empresas mais dinâmicas e com maior capacidade de adaptação a novas realidades. Contudo, estas características também expõem as empresas a riscos que as grandes empresas não estão sujeitas.

Tabela 1-PME's por dimensão

Ano	PME						
	Micro		Pequenas		Médias		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	nº
2004	1 064 115	95,5%	43 806	3,9%	6 433	0,6%	1 114 354
2010	1 117 787	95,8%	42 968	3,7%	6 413	0,5%	1 167 168
2015	1 136 865	96,3%	37 515	3,2%	5 951	0,5%	1 180 331
2020	1 264 086	96,1%	43 678	3,3%	7 180	0,5%	1 314 944

Esta dissertação tem como objetivo analisar o controlo interno, visando compreender os aspetos que são de maior relevância para as micro e pequenas entidades tendo como base as características particulares.

De acordo com o objetivo referido anteriormente, foram formuladas as seguintes questões de investigação:

Q1: A Auditoria Interna juntamente com a melhoria do controlo interno poderá acrescentar valor à entidade?

Q2: A elaboração de um manual de controlo interno é importante para a entidade?

Q3: A entidade dispõe de um departamento ou pessoa responsável pelo controle interno?

Para atingir este objetivo e conseguir responder às questões formuladas é necessário, inicialmente entender o que são micro e pequenas entidades e, portanto, essas definições serão abordadas no Capítulo II- Revisão da Literatura. Neste mesmo Capítulo serão abordados conceitos relativos ao controle interno tais como a sua evolução histórica, os princípios, os tipos, limitações e modelos.

No Capítulo III – Metodologia, será apresentada a definição de metodologia, seguida de uma análise dos tipos de metodologias de investigação, com ênfase na abordagem adotada neste estudo. O capítulo explorará também as hipóteses e questões de investigação, além de definir a população e a amostra estudadas. Por fim, descreverá o instrumento de recolha de dados, detalhando o questionário, o procedimento de recolha e a análise dos dados.

No Capítulo IV – Análise e Discussão de Resultados, serão apresentados e analisados os dados, com uma caracterização inicial dos respondentes e das empresas participantes. Em seguida, explora-se o tema do controle interno nas organizações estudadas, concluindo com a interpretação dos resultados obtidos.

No Capítulo V – Conclusão, são apresentadas as considerações finais do estudo, discutindo as suas limitações e apontando possíveis direções para estudos futuros.

CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo tem a finalidade de abordar, de forma mais teórica os temas de micro e pequenas entidades e do controlo interno, para partir desta base teórica para a parte prática.

Sendo o tema desta dissertação o controlo interno em micro e pequenas empresas, é necessário abordar a temática deste tipo de empresas e conhecer bem a temática do controlo interno.

2 Micro e Pequenas Empresas

No tecido empresarial encontram-se várias categorias de empresas. Para este estudo, torna-se importante estratificar as entidades quanto à sua dimensão, ou seja, classificar as entidades por micro, pequenas, médias ou grandes empresas.

Uma vez que não existe um critério universal para definir e classificar os tipos de empresas, esta tarefa torna-se mais difícil de realizar.

Em Portugal, os parâmetros mais utilizados para classificar as entidades quanto à sua dimensão são o total do balanço, o volume de negócios e o número de pessoas empregadas. No entanto, existem diversos critérios que variam consoante o país, as organizações e até mesmo o período em que vivemos. Por exemplo, além dos critérios enunciados, os autores Steenkamp e Kashyap (2010), afirmam que o setor onde as entidades atuam também deve ser considerado para a classificação das mesmas.

Considerando todos os pontos enunciados acima, iremos então partir a análise de várias definições de micro e pequenas entidades, de forma a selecionar a definição que irá ser utilizada nesta dissertação.

2.1 Definição de micro e pequenas empresas

A Recomendação da Comissão Europeia (CE) de 6 de maio de 2003 (2003/361/CE), aborda uma definição de micro, pequenas e médias empresas. Esta vem substituir a Recomendação 96/280/CE de 3 de abril de 1996, que se referia à definição de pequenas e médias empresas e defendia que a discordância na comunidade poderia vir a surgir com a existência de várias definições sobre os tipos de empresas. Nesta última Recomendação da Comissão surge o conceito de PME como uma só categoria, sendo ainda possível,

dentro desta, distinguir entre empresas de pequena dimensão e empresas de média dimensão. Uma das alterações que surge na Recomendação 2003/361/CE é o facto de a categoria PME ter sido alargada, passando agora a incluir as microempresas e permitindo a distinção entre estas e os restantes tipos de empresas que já integram a categoria PME.

A definição das entidades com base nesta recomendação encontra-se no artigo 2º do anexo desta mesma recomendação da CE e refere que:

1. *“A categoria das micro, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros.*
2. *Na categoria das PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros.*
3. *Na categoria das PME, uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros.”*

Tal como o próprio nome indica, esta definição pela Comissão Europeia é apenas uma recomendação pelo que não é de carácter obrigatório, e, portanto, as entidades podem segui-la ou não.

O IAPMEI, que é um instituto de extrema importância para as PME, segue a Recomendação da Comissão Europeia e apresenta a mesma definição de PME que a Comissão Europeia.

Por outro lado, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), segue uma definição diferente daquela que é adotada pelo IAPMEI. O SNC define as categorias de entidades de acordo com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, o qual transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, referente às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.

Posto isto, surge então uma definição diferente para as PME no artigo 9º do Decreto de lei 98/2015, que é adotada também pelo SNC:

“1 - Consideram-se microentidades aquelas que, de entre as referidas no artigo 3.º, à data do balanço, não ultrapassem dois dos três limites seguintes:

a) Total do balanço: (euro) 350 000;

b) Volume de negócios líquido: (euro) 700 000;

c) Número médio de empregados durante o período: 10.

2 - Consideram-se pequenas entidades aquelas que, de entre as referidas no artigo 3.º, excluindo as situações referidas no número anterior, à data do balanço, não ultrapassem dois dos três limites seguintes:

a) Total do balanço: (euro) 4 000 000;

b) Volume de negócios líquido: (euro) 8 000 000;

c) Número médio de empregados durante o período: 50.

3 - Consideram-se médias entidades aquelas que, de entre as referidas no artigo 3.º, excluindo as situações referidas nos números anteriores, à data do balanço, não ultrapassem dois dos três limites seguintes:

a) Total do balanço: (euro) 20 000 000;

b) Volume de negócios líquido: (euro) 40 000 000;

c) Número médio de empregados durante o período: 250.

4 - Grandes entidades são as entidades que, à data do balanço, ultrapassem dois dos três limites referidos no número anterior.”

Considerando esta legislação é possível construir a seguinte tabela, para tornar a informação de mais fácil leitura.

Tabela 2- Categorias das entidades considerando a dimensão

Dimensão da entidade	Total do Balanço	Volume de Negócios líquidos	Nº médio de trabalhadores no período
Microentidades	350.000,00€	700.00,00€	10
Pequenas entidades	4.000.000,00€	8.000.000,00€	50
Médias entidades	20.000.000,0€	40.000.000,00€	250

Tanto o SNC como o IAPMEI utilizam os mesmos critérios para a classificação das entidades, mas os limites que são estabelecidos são diferentes. Os valores seguidos pelo IAPMEI são superiores aos valores seguidos pelo SNC, ou seja, a definição do IAPMEI engloba muitas mais entidades do que a definição do SNC e, portanto, é sempre necessário definir previamente qual a definição que se está a utilizar para depois se poderem comparar os resultados da forma mais correta.

A Tabela 3 foi elaborada com o objetivo de tornar mais fácil a visualização das diferenças entre os limites aceites pelo IAPMEI e pelo SNC.

Tabela 3-Limites definidos pelo IAPMEI e pelo SNC

Dimensão da entidade		Total do Balanço	Volume de Negócios líquidos	Nº médio de trabalhadores
Microentidades	SNC	350.000,00€	700.00,00€	10
	IAPMEI	2.000.000,00€	2.000.000,00€	10
Pequenas entidades	SNC	4.000.000,00€	8.000.000,00€	50
	IAPMEI	10.000.000,00€	10.000.000,00€	50
Médias entidades	SNC	20.000.000,00€	40.000.000,00€	250
	IAPMEI	43.000.000,00€	50.000.000,00€	250

Considerando as diferentes definições referidas pelos vários autores, podemos concluir que não existe um consenso na definição e as maiores diferenças residem nos critérios adotados para esse efeito.

2.2 Caracterização de micro e pequenas empresas

A Comissão Europeia (2008) afirma que “*uma pequena empresa não é apenas uma representação diminuída de uma grande empresa*”, pelo que as micro e pequenas empresas assumem características específicas, o que as distingue das entidades de maior dimensão, permitindo-lhes até auxiliar estas últimas.

Segundo Estrela (2014), com o objetivo de uma redução de custos, a maior parte das grandes empresas solicitam os serviços das PME, pelo facto de estas possuírem características que lhes possibilitam uma maior especialização nos produtos e serviços oferecidos.

Para Ang (1991), uma pequena empresa é caracterizada por ter uma gestão com algumas imperfeições. Esta característica deve-se principalmente ao facto de os proprietários destas entidades assumirem as funções da gestão (Leone, 1999). Assim, pode concluir-se que a equipa da gestão de pequenas entidades pode depender apenas de um funcionário, que muitas vezes é o proprietário ou algum familiar do mesmo.

Para Moreira (2009) as micro e pequenas empresas caracterizam-se por enfrentarem mais adversidades, como, nomeadamente, o acesso ao financiamento, a elevada tributação e a falta de mão de obra qualificada. Aquela que representa uma das maiores dificuldades para as micro e pequenas empresas é o acesso ao financiamento, o que cria um grande obstáculo para a inovação. Devido à existência de informações assimétricas, entre as PME e as instituições financeiras, o financiamento ainda é considerado de difícil acesso, visto que as PME têm dificuldades em comprovar a sua capacidade de crédito e não dão garantias suficientes às instituições financeiras. (Rupeika-Apoga, 2014; Dai, 2017)

2.3 A Contabilidade nas micro e pequenas empresas

Como já referido anteriormente, estas entidades classificadas como micro e pequenas empresas têm uma presença muito significativa no tecido empresarial, tanto nacional como internacional. Pelo seu peso, as PME têm uma elevada importância para a economia, na medida em que geram vários postos de trabalho, nomeadamente para pessoas com baixas classificações literárias, o que conseqüentemente vai colaborar para a estabilidade económica e social. (Leone, 1999; Mano, 2012; Aminu e Shariff, 2015)

É então necessário que as demonstrações financeiras das PME sejam devidamente elaboradas e apreciadas visto que estas demonstrações podem ser apresentadas com um normativo diferente das médias e grandes empresas, como está referido na Tabela 4. Portanto, os utilizadores das mesmas devem estar cientes dessas características visto que as demonstrações financeiras servem de suporte para a tomada de decisões tanto por parte da gestão como de outros interessados.

Como referido anteriormente, no que toca às Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, as NCRF, o tipo de entidades, considerando a divisão apresentada pelo Decreto de lei 98/2015, também se mostra importante no sentido em que para cada tipo de entidade existe um normativo próprio, tal como sintetiza a seguinte tabela.

Tabela 4- NCRF aplicáveis por categoria de entidade

Tipo de entidade- NCRF Aplicável	
Considerando a dimensão	
Microentidades	Norma Contabilística para microentidades (NC-ME) - As microentidades podem optar pela aplicação do normativo próprio ou pela aplicação das NCRF na totalidade.
Pequenas entidades	Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE) - pode ser adotada, em alternativa ao restante normativo
Médias e grandes entidades	Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) – Aplicação na íntegra.

Contudo, a efetiva utilização da informação contabilística por parte das micro e pequenas entidades tem sido alvo de alguma contestação (Boyd e Cox, 2002). Todas as empresas são obrigadas a possuir contabilidade organizada e, por isso, têm ao seu dispor toda a informação contabilística para ser utilizada. Assim, na literatura, verifica-se a existência de empresas que recorrem à informação contabilística para auxiliar no processo de tomada de decisão (Barros, 2005; Alves 2008; Oliveira, 2000; Nunes e Serrasqueiro, 2004). No entanto, também se verifica que algumas delas não utilizam essa informação para esse efeito (Marriott e Marriott, 2000; Stroehrer e Freitas, 2006; Dyt e Halabi, 2007; Moreira, 2013; Witt., 2018), constatando ainda a existência de entidades com algumas particularidades no que concerne à utilização da referida informação nesse processo (Gouveia, 2015; Hall, 2010).

O controlo Interno mostra-se importante nestas entidades de menor dimensão pois transmite mais segurança e fiabilidade às demonstrações financeiras. É importante considerar também que, nenhuma organização, por mais pequena que seja, deve deixar de inculcar princípios de controlo interno, que regulem as operações de rotina da entidade.

Muitas empresas de menor dimensão não têm delineado nenhum sistema de controlo interno porque, muitas vezes, associam esta implementação a grandes investimentos. E, por esse mesmo motivo, não existem controlos internos instituídos ou, tendo algum tipo de controlo não está devidamente implementado na entidade.

2.4 Controlo Interno

Segundo a Secretaria-geral da Economia (2023) controlo interno é o sistema completo de controlos de gestão: financeiro e administrativo, incluindo a estrutura organizacional e todos os métodos e procedimentos coordenados, estabelecidos por lei e pela direção de uma organização, de acordo com as metas institucionais, com o propósito de:

- Salvar os seus ativos e os seus recursos humanos, financeiros e físicos;
- Assegurar a veracidade, fiabilidade, integridade e oportunidade dos registos contabilísticos e da respetiva informação financeira;
- Prevenir e detetar fraudes e erros, atitudes de desperdício, abusos ou práticas antieconómicas ou corruptas e outros atos ilegais;
- Produzir informação financeira fiável e rápida;
- Cumprir as leis e regulamentos;
- Assegurar o cumprimento das políticas de gestão adotadas e dos planos e procedimentos da organização;
- Conduzir e executar as suas atribuições / objeto social, programas, projetos, atividades e funções de uma forma regular, produtiva, económica, eficiente e eficaz; e
- Produzir informação de gestão relativa aos resultados e efeitos alcançados.

2.5 Evolução histórica

O controlo interno historicamente, tende a evoluir quando ocorrem crises ou escândalos financeiros, como são exemplo o *crash* da bolsa de Nova Iorque em 1929 e os escândalos do século XX, tais como, a Enron que levaram à criação da lei Sarbanes-Oxley. Deste modo, é possível associar os controlos internos à prevenção da fraude.

Segundo Boynton, Johnson e Kell (2002) a *“auditoria começa em época tão remota quanto a contabilidade. Sempre que o avanço da civilização tinha implicado que a propriedade de um homem fosse confiada, em maior ou menor extensão, a outra, a desejabilidade da necessidade de verificação da fidelidade do último, tornou-se clara.”*

Contudo, o primeiro organismo a abordar e a definir CI foi o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), em 1934, no qual referia que o CI inclui um plano de coordenação e organização de todas as medidas utilizadas pela entidade com o objetivo de:

- Salvar os seus ativos
- Verificar a adequação e fiabilidade dos dados contabilísticos
- Encorajar a adesão a políticas estabelecidas pelo órgão de gestão
- Promover a eficiência operacional (AICPA, 1972)

Oliveira (2011) destaca a evolução do controlo interno durante anos e a importância do controlo interno como instrumento de gestão, que permite à administração acompanhar e medir o alcance dos seus objetivos e metas a atingir através do cumprimento de regras e estratégias estabelecidas no planeamento estratégico.

O objetivo do controlo interno ao longo dos anos tende a ser o mesmo, corrigir e prevenir falhas, erros e fraudes e evitar a sua reincidência.

2.6 Conceito e Objetivos do CI

Para o IFAC (2010) o controlo interno é *“Processo concebido, implementado e mantido pelos encarregados da governação, órgão de gestão e outro pessoal para proporcionar segurança razoável acerca da consecução dos objetivos de uma entidade com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações e cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.”*

Por sua vez, o Tribunal de Contas (2016) define CI como *“forma de organização que pressupõe a existência de um plano e de sistemas coordenados de controlos que se mostrem relevantes para a auditoria, em resultado da suscetibilidade de tais controlos prevenirem, detetarem e corrigirem as deficiências ou distorções materialmente relevantes.”*

Referido por Moraes e Martins (2013) o *Institute of Internal Auditors* (IIA) define que o controlo interno é *“Qualquer ação empreendida pela gestão, pelo conselho e outros membros da entidade para aperfeiçoar a gestão do risco e melhorar a possibilidade do alcance dos objetivos e metas da organização. A gestão planeia, organiza e dirige o*

desempenho de ações suficientes para assegurar com razoabilidade que os objetivos e metas serão alcançados”.

O *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) define CI como um processo executado pela administração, gestão e outro pessoal, estruturado para proporcionar segurança razoável em relação ao alcance dos objetivos relacionados com as operações, relato e conformidade.

Segundo a OROC, o termo “controle interno”, tal como utilizado na ISA 315 (Revista), é mais vasto que atividades de controle, tais como, segregação de funções, autorizações e reconciliações de contas. O controle interno abrange cinco componentes chave:

- **O ambiente de controle** - Base para um controle interno eficaz, proporcionando disciplina e estrutura para a entidade. Estabelece o tom da organização, influenciando a consciência e sensibilização das pessoas para o controle;
- **O processo de avaliação do risco pela entidade** - Um processo de avaliação do risco eficazmente implementado e mantido pelo órgão de gestão proporciona a informação necessária para determinar que riscos de negócio/fraude devem ser geridos, e que ações tomar (se algumas);
- **O sistema de informação, incluindo os processos de negócios relacionados, relevantes para o relato financeiro e para comunicação** - Um sistema de informação consiste numa infraestrutura (componentes física e de hardware), software, pessoas, procedimentos e dados. Muitos sistemas de informação utilizam extensivamente tecnologia de informação (TI);
- **Atividades de controle relevantes para a auditoria** - são as políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretrizes do órgão de gestão são cumpridas. São exemplos, nomeadamente, os controlos para assegurar que não são expedidas mercadorias para clientes com alto risco de crédito, ou que apenas são feitas compras devidamente autorizadas. Estes controlos destinam-se a cobrir riscos que, se não forem mitigados, ameaçam o cumprimento dos objetivos da entidade; e
- **Monitorização do controle interno** -A monitorização avalia a eficácia do desempenho do controle interno. O objetivo é assegurar que os controlos estão a funcionar de maneira adequada e, em caso negativo, tomar as ações corretivas necessárias. (OROC)

Estas componentes do controlo interno estão interligadas, a figura que se segue mostra esta ligação entre as componentes.

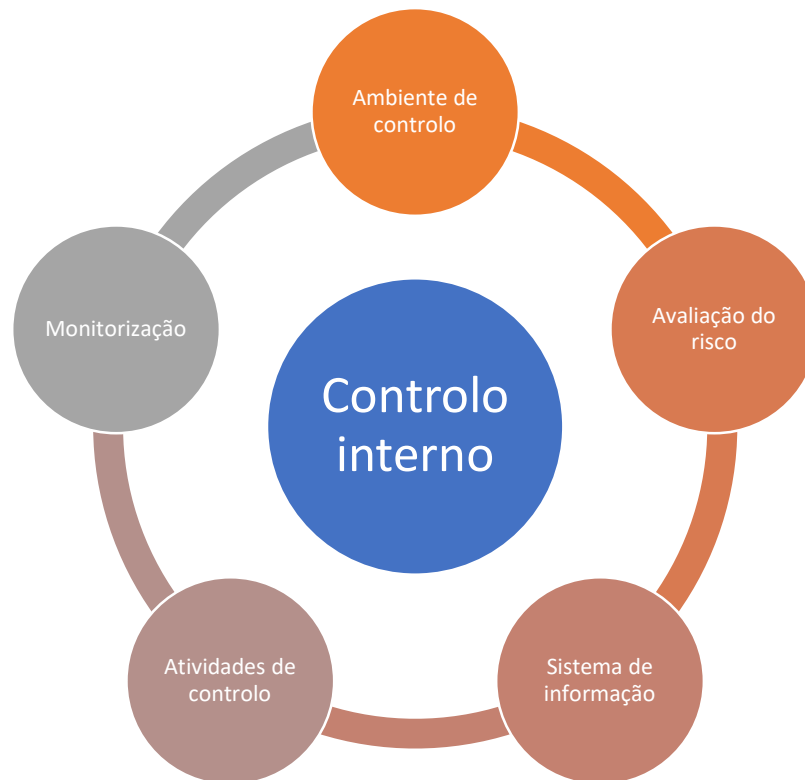


Figura 1-Os cinco componentes do controlo interno

2.7 Princípios do controlo interno

Para a criação de um sistema de controlo interno eficiente deve-se seguir os princípios do CI, como tal, o Tribunal e Contas (1999) identifica cinco princípios do CI como sugere a seguinte tabela

Tabela 5-Princípios do controlo interno

Princípio	Descrição
Segregação de funções	<i>“a segregação, separação ou divisão de funções tem como finalidade evitar que sejam atribuídas à mesma pessoa duas ou mais funções concomitantes, com o objetivo de minimizar a prática de erros, irregularidades ou a sua dissimulação.”</i>
Controlo das operações	<i>“consiste na sua verificação ou conferência que, em obediência ao princípio da segregação de funções, deve ser executado por pessoas diferentes das que intervieram na sua realização ou registo. É exemplo deste princípio a realização de contagens físicas periódicas, a realização de conciliações, entre outros.”</i>
Definição de autoridade e de responsabilidade	<i>“assenta num plano organizativo onde se definem com rigor os níveis de autoridade e de responsabilidade em relação a qualquer operação.”</i>
Pessoal qualificado, competente e responsável	<i>“a aplicação deste princípio determina que o pessoal deve ter as habilitações académicas e técnicas necessárias e experiência profissional adequada ao exercício das funções que lhe são atribuídas.”</i>
Registo metódico dos factos	<i>“este princípio relaciona-se com a forma como as operações são relevadas na contabilidade, atendendo às regras contabilísticas aplicáveis e os seus documentos de suporte. Estes devem ser numerados de forma 23 sequencial, devendo ser possível efetuar um controlo dos comprovativos ou documentos que se inutilizem ou anulem.”</i>

2.8 Sistema de Controlo Interno

O IFAC (2012), considera que o sistema de controlo interno consiste no plano de organização de todos os procedimentos/métodos adotados pela administração de uma entidade com o objetivo de auxiliar a metódica e eficiente conduta dos seus negócios, incluindo:

- Aderência às políticas da administração;
- Salvaguarda dos ativos;
- Prevenção e deteção de fraudes e erros;
- Precisão e plenitude dos registos contabilísticos; e
- Atempada preparação de informação financeira fidedigna.

Segundo Costa (2022), independentemente da sua dimensão, nenhuma empresa ou entidade pode desenvolver a sua atividade operacional sem primeiramente implementar um Sistema de Controlo Interno. Esse sistema deve ser mais sofisticado e complexo, conforme o crescimento da entidade de tal forma que um simples controlo dos meios financeiros líquidos, que são considerados os mais vulneráveis, passará a ser extensível a qualquer operação da organização.

Por sua vez o tribunal de contas (1999), refere os princípios fundamentais para um Sistema Controlo Interno adequado e eficaz:

- *“Todas as operações devem ser autorizadas;*
- *O pessoal de cada departamento deve estar sujeito a rotações periódicas entre si;*
- *Todos os resultados deverão ser adequadamente avaliados;*
- *Deverá ser facultada formação contínua ao pessoal.”*

2.9 Tipos de Controlo Interno

Segundo Costa (2022), a caracterização de CI feito pelo AICPA divide-se em duas partes:

- **Controlo interno administrativo** -Consiste num plano de organização, procedimentos e registos relacionados com o processo de tomada de decisão que conduz à autorização das transações pelo Órgão de Gestão.

- **Controlo interno contabilístico** - Consiste num plano de organização, procedimentos e registos relacionados com a salvaguarda dos ativos e a confiança nos registos contabilísticos.

Para Morais e Martins (2013) os tipos de controlo interno são:

- **Preventivos** - servem para impedir que factos indesejáveis ocorram, considerados à priori, que entram imediatamente em funcionamento e que impedem que determinados factos se processem.
- **Detetivos** - são considerados controlos à posteriori, pois servem para detetar ou corrigir factos indesejáveis que já tenham ocorrido.
- **Diretivos** - servem para provocar ou encorajar a ocorrência de factos desejáveis, para produzir efeitos “positivos”.
- **Corretivos** - estes servem para retificar problemas identificados.
- **Compensatórios** - servem para compensar eventuais fraquezas de controlo noutras áreas da entidade.

Na tabela que se segue são apresentados alguns exemplos de controlos internos divididos pelo seu tipo:

Tabela 6- Exemplos de CI por tipo de Controlo

Tipos de Controlo	Exemplos de medidas
Preventivos	-Só autorizar pagamentos quando validar as faturas com as guias de remessa -Pagamentos de valor elevado ser obrigatórias duas assinaturas -Obter lista de fornecedores aprovada
Detetivos	-Solicitar certidões de não dividas -Realização de inventários -Reconciliação bancaria
Diretivos	-Estabelecer determinados requisitos para o recrutamento de pessoal -Criar regulamentos internos na entidade -Criar instruções para os documentos em circulação na entidade

Corretivos	-Lista de reclamações de clientes -Relatórios de artigos obsoletos -Relatórios de atrasos de cobrança de dívidas
Compensatórios	-Cruzamento dos totais de vendas na área comercial com os créditos das vendas da contabilidade -Cruzar o total dos salários processados pelo departamento do pessoal e o total de créditos feitos à segurança social

Fonte: Morais e Martins (2013), adaptado

Na tabela são apresentados alguns exemplos de controlos internos organizados por tipo de controlo, todavia devem ser adaptados às características e realidade da entidade de modo que sejam adequados para colmatar as possíveis lacunas identificadas.

2.10 Limitações do Controlo Interno

O CI por mais adequado que seja à entidade e situação da mesma, não a torna imune a situações de erros, fraudes e ineficiências. Não podendo o SCI, por si só, garantir a total integridade e exatidão das informações financeiras.

Costa (2010) refere um conjunto de limitações inerentes ao CI, tais como:

- O não interesse por parte do órgão de gestão na manutenção de um bom sistema de controlo;
- A dimensão da empresa, por vezes em entidades de pequena dimensão e com reduzido número de recursos humanos torna-se difícil a segregação de funções;
- Custo benefício, por vezes o custo de implementação do CI é superior aos benefícios que este pode vir a produzir;
- Erros, fraudes e conluio, apesar dos CI implementados a possibilidade de este ser ultrapassado é uma realidade. Os recursos humanos relacionados nem sempre são elementos competentes, íntegros, com valores éticos o que pode conduzir a situações de erros, fraudes ou conluio. Estas situações tornam-se mais difíceis de identificar conforme o nível hierárquico mais elevado e a menor segregação de funções;

- Transações pouco usuais, visto que os CI normalmente são implementados sobre transações corrente, desta forma, as transações pouco usuais podem não ser alvo do CI; e
- Utilização informática, sendo algo benéfico para as entidades pela facilidade de acesso a informação também pode ser utilizado para fins menos próprios.

2.11 Modelos de Controlo Interno

Ao longo das décadas, foram tornando-se públicos diversos casos de fraudes, escândalos e crises o que levou ao desenvolvimento de diversos mecanismos de CI. Desta forma, e com o objetivo de evitar ou reduzir estas situações foram sendo desenvolvidos vários modelos de CI, tais como: o *Control Objectives for Information and Related Technologies* (COBIT), o *Turnbull* e o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO)

O modelo COBIT consiste na identificação dos fatores com um maior risco associado para a entidade, assim torna-se possível priorizar as áreas mais suscetíveis. Este modelo encontra uma forte componente de tecnologia de informação que o distingue dos demais.

O modelo *Turnbull* surge em 1999, associado ao *corporate governance*, tratando-se de um modelo que serve de suporte à gestão de risco com sete componentes de controlo interno:

- Atividades de controlo;
- Informação e Comunicação;
- Processos;
- Monitorização;
- Compromisso; e
- Avaliação do risco e das mudanças e Relato.

Por sua vez o COSO é o modelo mais utilizado e aceite pelas organizações como é possível verificar no ponto 2.8 Bibliometria, como tal será desenvolvido separadamente dos restantes modelos no desenvolvimento da dissertação.

2.11.1 *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway (COSO)*

Em 1985, o *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway (COSO)* foi formado através de uma iniciativa privada com o objetivo de desenvolver *frameworks* e orientações sobre o CI. As organizações que financiaram esta iniciativa foram cinco:

- *American Accounting Association*
- *American Institute of Certified Public Accountants*
- *Financial Executives International*
- *The Association of Accounting and Financial Professionals in Business*
- *The Institute of Internal Auditors*

Em 1992, o COSO apresenta o relatório que se tornou referência mundial na aplicação do CI, o "*Internal Control - Integrated Framework*". Em 2013, apesar deste relatório se destacar mundialmente, com o passar dos anos e as rápidas alterações no âmbito empresarial, levou à atualização do COSO "*Internal Control - Integrated Framework*" com o propósito de continuar a corresponder aos objetivos que o criaram inicialmente.

O COSO (2013) utiliza um modelo tridimensional para representar o controle interno de uma entidade onde na parte frontal constam as cinco componentes do controle interno, no topo os três objetivos e do lado direito as unidades, atividades ou seguimentos-dependendo da estrutura de cada entidade.

Os três objetivos são:

- Operacionais- Consiste na eficiência e eficácia das operações;
- Reporte- Consiste nos relatórios tanto financeiro como não financeiros interno e externos;
- Conformidade- Consiste na adesão a regulamentos e leis que se aplicam à entidade.

De forma que seja possível atingir estes objetivos, estão definidos cinco componentes de CI:

- Ambiente de controle- Consiste na estrutura de base para todos os outros CI, sendo considerados os valores éticos e de integridade, a independência entre a administração e a gestão e compromisso em desenvolver os recursos humanos em função dos objetivos da empresa;

- Avaliação do risco- Define-se como a identificação dos riscos e a sua eliminação para níveis de risco aceitáveis de forma que os resultados sejam confiáveis;
- Atividade de controlo- Todos os procedimentos definidos com a finalidade de reduzir os riscos associados ao sucesso dos objetivos da entidade, para níveis aceitáveis;
- Informação e comunicação- Suporta as outras componentes de CI com recursos a informações de confiança e qualidade;
- Monitorização- Consiste na regular supervisão dos componentes de CI e no seu desempenho, sendo esta informação de elevada importância, deve ser desenvolvida por profissionais qualificados.

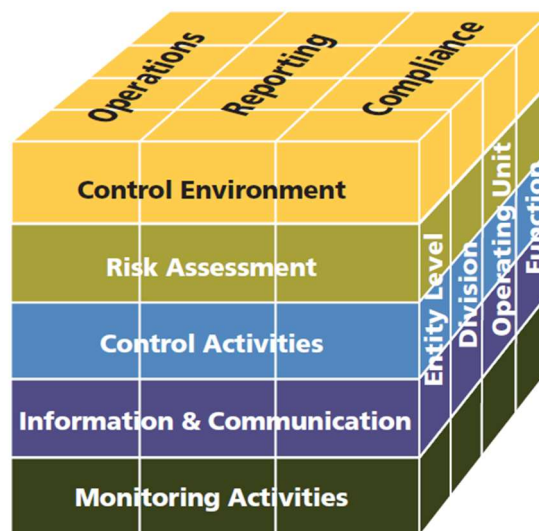


Figura 2-Estrutura Cubo COSO I (2013)

Em 2004, o COSO em conjunto com a PricewaterhouseCoopers (PwC) desenvolvem o *Enterprise Risk Management – Integrated Framework (ERM)* tendo também um modelo tridimensional idêntico ao anteriormente referido. Deste modo, o Cubo do COSO II apresenta oito componentes (acrescentando três ao COSO I) e quatro categorias (adicionando uma ao COSO I).

Aos componentes apresentados em COSO I (Ambiente de Controlo; Avaliação do Risco; Atividades de Controlo; Informação e Comunicação; Monitorização) foram acrescentados os seguintes componentes:

- Fixação de Objetivos- Os objetivos da entidade, de acordo com a sua missão, devem ser fixados;
- Identificação de Eventos- Os acontecimentos, quer sejam internos ou externos, que envolvam risco para a entidade devem ser identificados sendo estes ameaças ou oportunidades. Esta identificação proporciona a possibilidade de aproveitar e explorar as oportunidades e de mitigar as ameaças;
- Resposta ao risco- trata-se da forma como a entidade se comporta perante um risco, podendo evitar, reduzir, partilhar ou aceitar. (PwC 2007)

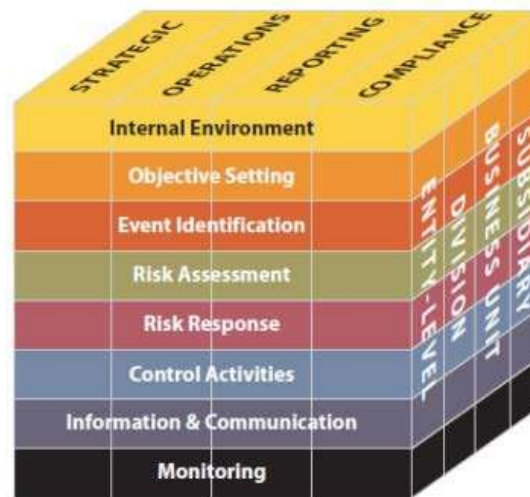


Figura 3- Estrutura Cubo COSO II (2004)

Em 2017, o COSO ERM foi atualizado para uma nova versão que reforça a interligação de cinco componentes, sendo que este esquema deixa de apresentar um modelo tridimensional como os restantes. As cinco componentes são:

- Governação e cultura- Definido como os valores éticos, culturais, comportamentos desejados e cultura organizacional, sendo estabelecidas responsabilidades de supervisão;
- Estratégia e definição de objetivos- Gestão de risco, objetivos e estratégia. Desta forma a entidade gere a sua exposição ao risco;
- Desempenho- Quando os riscos são medidos com base na sua gravidade e possíveis efeitos na entidade;

- Análise e revisão- Resulta da avaliação dos procedimentos de gestão de risco do ponto de vista da eficiência e eficácia;
- Informação, comunicação e relatórios- Partilha das recolhas de informação relevante, obtidas tanto interna como externamente, com os interessados da organização.



Figura 4-Esrtutura COSO ERM (2017)

2.12 Bibliometria

Após a análise da bibliografia, com recurso à ferramenta *web of science* foi possível analisar a relevância dos assuntos abordados. O website em questão fornece, de uma forma unificadora, informações de diversas bases de dados de artigos científicos. Como tal, foram pesquisados na base de dados os artigos com as palavras-chave “*internal control*” e “*small business*”.

Deste modo, o gráfico que se segue apresenta a distribuição dos artigos relevantes ao longo dos anos. Através da análise do mesmo é possível concluir que a abordagem da temática tem vindo a aumentar desde 2006, sendo que o seu estudo era pouco intenso anteriormente.

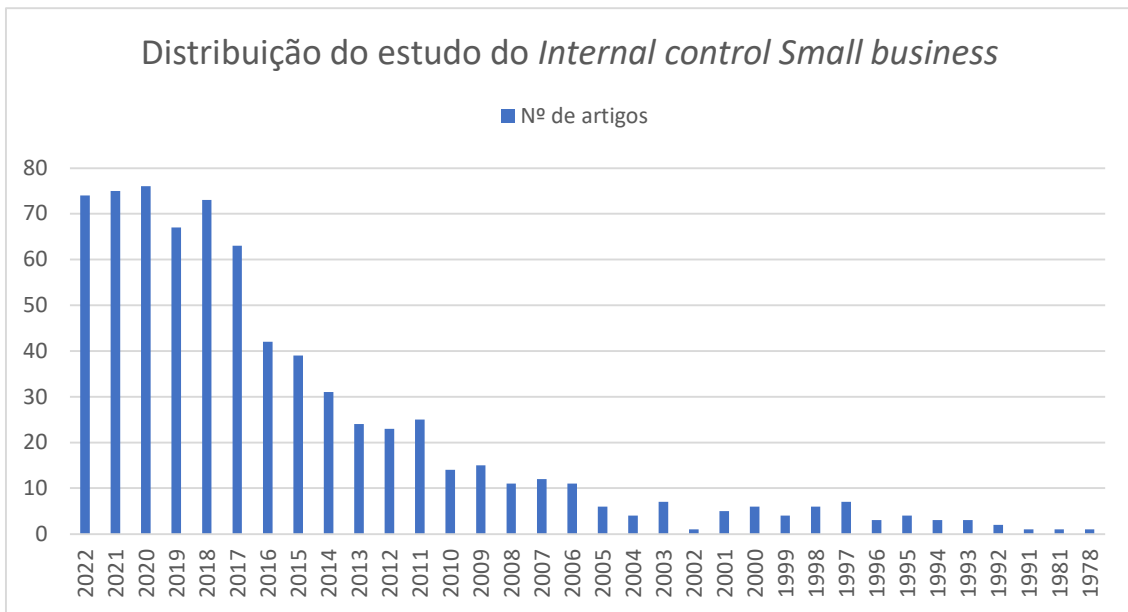


Figura 5-Distribuição do estudo do Internal control Small business. Consultado a 05/02/2023

Através da figura 6, é possível observar as 10 categorias que mais abordaram o tema em estudo. Deste modo, é perceptível a importância desta temática para várias categorias diferentes, o que demonstra que não se trata de uma temática desenvolvida apenas pelas áreas financeiras (auditoria, contabilidade, economia e gestão).

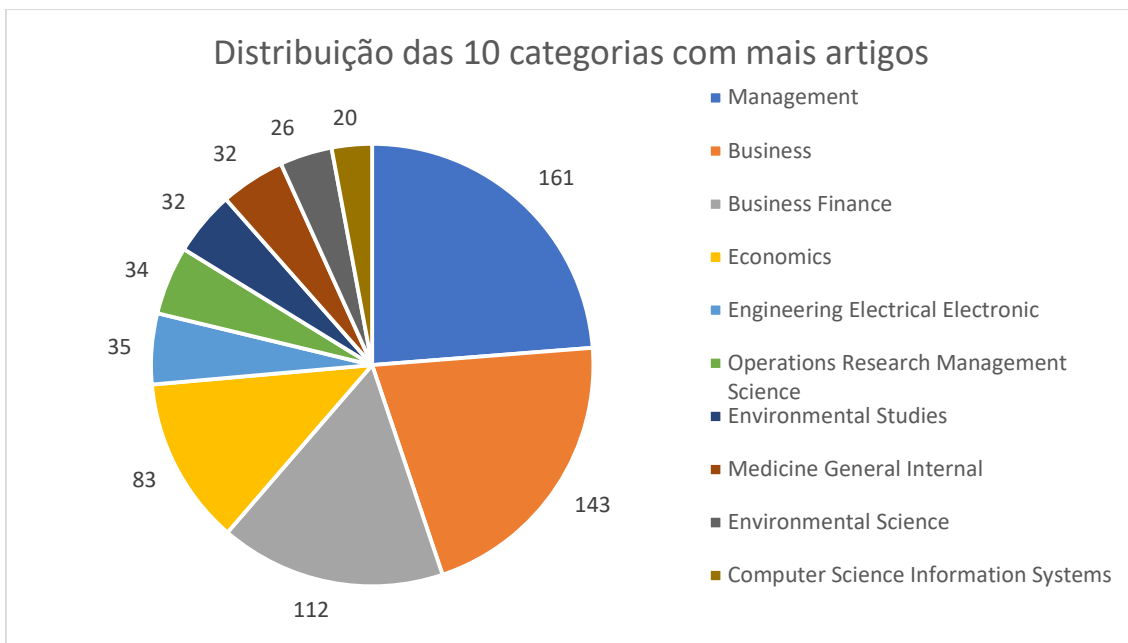


Figura 6- Distribuição das 10 categorias com mais artigos. Consultado a 05/02/2023

Observando a figura 7 é possível identificar os métodos com maior número de artigos relacionados. Para isso foram filtrados os artigos com as palavras-chave “COSO”,

“COBIT” e “Turnbull”. Destaca-se o modelo COSO como o modelo mais abordado o que era esperado, sendo este o modelo comumente aceito.

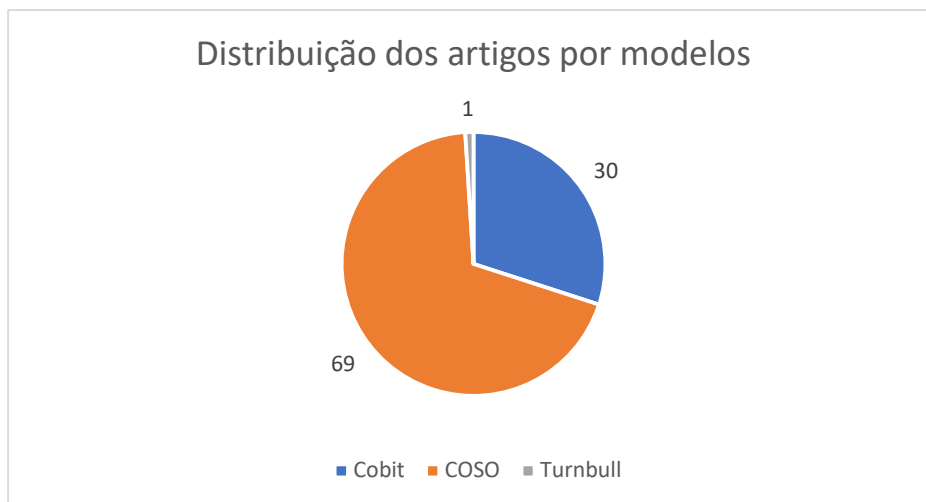


Figura 7-Distribuição dos artigos por modelos. Consultado a 05/02/2023

3.1 Definição de Metodologia

Segundo Menezes, Duarte, Carvalho e Souza (2019), a metodologia é mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetos de estudo.

Para Sousa e Batista (2011) a metodologia de investigação consiste num processo de seleção de investigação, que influencia a escolha das técnicas de recolha de dados que devem ser adequadas aos objetivos que se deseja alcançar.

Para Prodanov e Freitas (2013), é compreendida como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa académica.

Para Pardal e Correia (1995) a metodologia é o corpo orientador de uma pesquisa, que torna possível a seleção e articulação de técnicas, cumprindo um conjunto de normas, com o intuito de poder desenvolver o processo de verificação empírica.

Existem três tipos de métodos de investigação: quantitativa, qualitativa e mistos.

3.2 Tipos de Metodologias de Investigação

Oliveira (2011) descreve dois tipos de pesquisa dividida por investigação quantitativa e qualitativa:

- A abordagem quantitativa relaciona-se com a quantificação dos dados obtidos por meio de questionários, entrevistas e observações;
- A abordagem qualitativa trata-se de um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do estudo, como questionários, entrevistas e análise de dados que devem ser apresentados de forma descritiva.

A combinação dos métodos de investigação qualitativa e quantitativa resulta na aplicação do método misto. A adoção desta prática aumenta significativamente a credibilidade e validade dos resultados.

Proetti (2017), apresenta a seguinte definição para as metodologias de qualidade e quantidade:

- A pesquisa qualitativa pode ser utilizada para estudar fenómenos ou factos que envolvem seres humanos nas suas relações sociais em seus diversos ambientes como, por exemplo, de trabalho profissional, académico, familiar, associações de classe e religioso.
- A pesquisa quantitativa é realizada normalmente no local de origem dos factos (objetos de estudo) e tem por objetivo demonstrar os resultados pelo sentido lógico/coerente que eles apresentam, ou seja, o sentido lógico que resulta do tratamento científico empenhado pelo pesquisador. Esse tipo de pesquisa possibilita investigar os factos e compreendê-los no contexto em que eles ocorreram ou ocorrem, pois, o pesquisador vai a campo para levantamento e recolha de dados, analisa-os e pode entender a dinâmica dos factos.

Diehl (2004), descreve as duas abordagens do seguinte modo:

- A pesquisa quantitativa utiliza a quantificação, tanto na recolha de dados quanto no tratamento das informações, através de técnicas estatísticas, procurando evitar possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança;
- A pesquisa qualitativa descreve a complexidade do problema, através da compreensão e classificação dos processos dinâmicos vividos nos grupos, possibilitando, deste modo, a compreensão das mais diferentes particularidades dos indivíduos.

Existe ainda o método de investigação misto que compreende os dois métodos em simultâneo, qualitativo e quantitativo.

3.3 Metodologia de Investigação adotada

Conforme já mencionado, o propósito deste estudo é avaliar a aplicação de sistemas de controlo interno em Micro e Pequenas Empresas e, nas empresas em que este é aplicado, quais os departamentos em que o mesmo tem maior destaque. Para alcançar esse objetivo, foi adotada uma abordagem quantitativa, considerada a mais adequada, pois possibilita a mensuração das respostas dos participantes, permitindo confirmar ou refutar as hipóteses formuladas inicialmente.

3.4 Hipóteses e questões de Investigação

Considerando que o objetivo desta dissertação é avaliar o sistema de controlo interno de empresas de micro e pequena dimensão analisando as áreas de negócio que consideram de maior importância, que conceitos de controlo interno estão mais direcionados às suas características e se existe a necessidade do responsável de controlo interno apenas desempenhar essa função.

A formulação clara dessas questões é fundamental para direcionar a pesquisa e assegurar que os objetivos propostos sejam alcançados de forma rigorosa e estruturada. As hipóteses de investigação foram desenvolvidas com base na revisão da literatura e nos conceitos teóricos discutidos nesse capítulo, orientando a elaboração do questionário a ser enviado às empresas participantes e servindo de base para a análise empírica.

Seguidamente, são apresentadas as questões fundamentais (Tabela 7) que orientaram a recolha de dados, bem como as hipóteses formuladas com base na articulação entre o quadro teórico e as variáveis em análise.

Tabela 7- Hipóteses de Investigação

Questões de Investigação	Hipóteses de Investigação
Q1: A Auditoria Interna juntamente com a melhoria do controlo interno poderá acrescentar valor à entidade? (Pinheiro, 2005 e Costa, 2010 e Martins, 2015, IIA)	H1: Um controlo interno desenvolvido produz uma sensação de segurança dentro da entidade.
Q2: A elaboração de um manual de controlo interno é importante para a entidade? (Costa, 2010)	H2: O desenvolvimento do controlo interno ou implementação de um manual de controlo interno é importante para a entidade.
Q3: A entidade dispõe de um departamento ou pessoa responsável pelo controlo interno? (Inácio 2014)	H3: A existência de pessoal responsável unicamente pelo controlo interno aumenta a confiança no mesmo.

As hipóteses encontram-se interligadas. Assim, a H1 está relacionada com a H2, uma vez que ambas abordam aspetos do desenvolvimento e melhoramento do controlo interno.

Por outro lado, a H2 e a H3 estão interligadas, pois entidades que possuem pessoal dedicado exclusivamente ao controlo interno tendem a favorecer o desenvolvimento desse sistema.

Por fim, a H3 está relacionada com a H1, pois a presença de pessoal dedicado exclusivamente ao controlo interno indica um desenvolvimento que se traduz em maior confiança.

3.5 População e amostra

A população-alvo deste estudo é composta por micro e pequenas entidades, cuja escolha se justifica pelo seu peso significativo no tecido empresarial português, conforme mencionado anteriormente. No capítulo da Revisão de Literatura, foram apresentadas algumas definições para micro e pequenas entidades. Assim, é fundamental estabelecer qual definição será utilizada ao longo da dissertação. A definição adotada neste estudo é a do SNC, e, portanto, apenas serão inquiridas as entidades que atendam aos critérios estabelecidos na Tabela 2 - Categorias das Entidades Segundo a Dimensão.

O inquérito foi enviado para 134 empresas e esteve disponível entre 17 de setembro de 2024 e 20 de outubro de 2024. A amostra é constituída por 47 inquiridos, que corresponde ao número de respostas que foram obtidas ao questionário oportunamente divulgado.

3.6 Instrumento de recolha de dados

3.6.1 Descrição do questionário

O questionário desenvolvido atua como uma ligação entre o estudo teórico apresentado nos capítulos anteriores e a investigação prática que será abordada nos capítulos seguintes. Este instrumento é fundamental para a recolha de dados sobre conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos, assegurando a credibilidade da pesquisa.

Existem três tipos de questionários: aberto, fechado e misto. O questionário aberto permite que os inquiridos expressem suas respostas livremente, o que, embora enriqueça a análise, torna a interpretação e a síntese mais desafiadoras. Em contraste, o questionário fechado oferece opções de resposta limitadas, facilitando a comparação com outros instrumentos de recolha de dados. Este formato simplifica o tratamento e a análise dos

dados, além de exigir menos esforço por parte dos inquiridos. O questionário misto combina elementos dos dois tipos anteriores, incorporando tanto questões abertas quanto fechadas.

No presente estudo, optou-se por um questionário do tipo fechado, com respostas formuladas especificamente para abordar o problema em análise: Avaliar a aplicação do controlo interno nas empresas e identificar os procedimentos adotados. Para atingir esse objetivo, o questionário desenvolvido é composto por 16 questões, adaptadas à natureza da informação requerida, incluindo perguntas de questões de escolha múltipla com seleção única, resposta binária (Sim/Não), escala de *Likert* (5 pontos) e questões numéricas e, distribuídas em três secções, que abordam diferentes aspetos do tema em estudo:

- **Secção I - Caracterização do respondente**

- Grau académico
- Função atual na empresa
- Anos de trabalho na empresa
- Tem conhecimento do que é controlo interno

- **Secção II - Caracterização da empresa**

- Dimensão da empresa
- Setor de atividade
- Número de colaboradores
- Volume de Negócio

- **Secção III - Controlo Interno**

- A empresa onde exerce funções tem algum tipo de controlo interno implementado
- Considera que o responsável pelo controlo interno deve ter unicamente essa função (H3)
- Numa escala de 1 a 5, onde 1 corresponde a “Nada importante” e 5 corresponde a “Muito importante”, selecione o grau de importância que atribui ao controlo interno em cada uma destas áreas.
 - Operacional (H2)
 - Financeira (H2)
 - Compras (H2)
 - Produção (H2)
 - Recursos Humanos (H2)

- Numa escala de 1 a 5, onde 1 corresponde a “Nenhuma importância” e 5 corresponde a “Muita importância”, selecione o grau de importância que atribui às seguintes afirmações no âmbito das micro e pequenas empresas: O controlo interno é importante para...

- garantir a precisão e integridade das informações financeiras (H1)
- proteger os ativos da empresa (H1)
- melhorar a eficiência operacional (H1)
- aumentar a confiança dos investidores e "stakeholders" (clientes, funcionários, fornecedores...) (H1)

- Numa escala de 1 a 5, onde 1 corresponde a “Discordo totalmente” e 5 corresponde a “Concordo totalmente”, selecione o grau de importância que atribui às seguintes afirmações no âmbito das micro e pequenas empresas:

- O controlo interno deve acompanhar o crescimento da empresa (H2)
- O controlo interno reduz os riscos associados à dimensão, dinamismo e capacidade de adaptação das micro e pequenas empresas (H1)
- O desenvolvimento de um manual de controlo interno demonstra uma preocupação acrescida com esta temática (H2)
- O responsável pelo controlo interno deve ter essa única função (H3)
- Quando o responsável pelo controlo interno tem outras funções, a confiança no seu trabalho pode ser comprometida (H3)

- Numa escala de 1 a 5, onde 1 corresponde a “Discordo totalmente” e 5 corresponde a “Concordo totalmente”, selecione em que grau concorda com cada uma das seguintes afirmações sobre os benefícios de ter pessoal dedicado exclusivamente ao controlo interno:

- Maior precisão e eficácia no controlo interno (H3)
- Aumento da transparência organizacional (H3)
- Redução do risco de fraude ou erros (H3)
- Aumento do alcance do controlo interno (H3)

Antes das três secções do inquérito, apresenta-se um breve contexto sobre o propósito do estudo, juntamente com um pedido para que os dados sejam utilizados exclusivamente para fins académicos, garantindo a confidencialidade e o anonimato dos participantes.

Na secção I pretende-se caracterizar o respondente com base em informações como o grau académico, funções desempenhadas e número de anos de trabalho na empresa. Além disso, é questionado se o respondente tem conhecimento acerca do controlo interno. Caso a resposta seja negativa, o questionário é considerado encerrado, uma vez que o participante não possui conhecimento suficiente para responder às questões das secções subsequentes.

Na secção II pretende-se obter informações sobre a dimensão da empresa, o seu setor de atividade, o número de trabalhadores e o volume de negócios.

Por fim, na Secção III, são apresentadas questões relacionadas com o controlo interno, incluindo uma questão objetiva e várias questões de opinião. Esta secção permite avaliar a existência do controlo interno na entidade, bem como a sua importância tendo em conta área/departamento, os princípios envolvidos e a necessidade de contar com pessoal dedicado exclusivamente a essa função.

3.6.2 Procedimento de recolha dos dados

Como já mencionado na secção anterior, neste estudo o método de recolha de dados utilizado foi um inquérito por questionário. O questionário foi desenvolvido na plataforma Google Forms (ver Apêndice 1) e o link para participação foi enviado aos respondentes por e-mail.

3.6.3 Procedimento de análise dos dados

No presente estudo, foi realizada uma análise estatística descritiva que incluiu o cálculo de médias, desvios padrão, quartis e tabelas de frequências, bem como a representação gráfica dos dados através de gráficos de barras e circulares. Esta análise teve como objetivo caracterizar a amostra e fornecer suporte à validação das hipóteses propostas. Todo o tratamento foi realizado com o auxílio do Microsoft Excel.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 Caracterização do respondente

Nesta secção, caracterizamos os respondentes através da análise de quatro aspetos: grau académico, função atual na empresa, número de anos de experiência na organização e o seu conhecimento sobre o conceito de controlo interno.

No que diz respeito ao grau académico dos 47 inquiridos, como podemos observar na Figura 8, 17% (8 inquiridos) possuem apenas até ao 12º ano de escolaridade, 10,6% (5 inquiridos) têm um Bacharelato e 21,3% (10 inquiridos) têm um Mestrado. O maior grupo é constituído por 44,7% (21 inquiridos) que possuem uma Licenciatura. Por fim, uma fração muito reduzida dos participantes, 4,3 % (2 inquiridos) possui Doutoramento e 2,1% (1 inquirido) possui uma Pós-Graduação. A maioria dos inquiridos apresenta qualificações de ensino superior, destacando-se uma percentagem significativa de Licenciaturas e Mestrados.

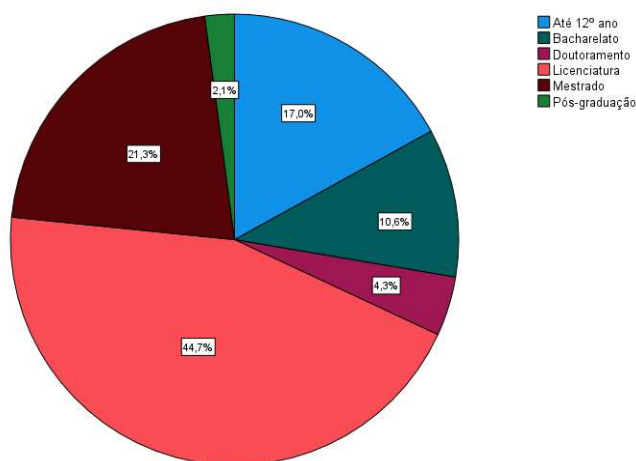


Figura 8- Grau académico dos inquiridos (Questão 2)

Em relação ao cargo ocupado por cada inquirido na empresa, conforme ilustrado na Figura 9, destaca-se a 'Área financeira', que representa a maior percentagem de respondentes, com 34% (16 inquiridos). Seguem-se os 'Operários', com 25,5% (12 inquiridos), e os 'Administrativos', com 12,8% (6 inquiridos). Nos cargos de 'Sócio-Gerente' e 'Gestor', há 3 inquiridos (6,4%) e 2 inquiridos (4,3%), respetivamente. A restante percentagem pertence à categoria 'Outros', que abrange todos os cargos

representados por um único inquirido, como Investigador, Auditor, Consultor, entre outros.

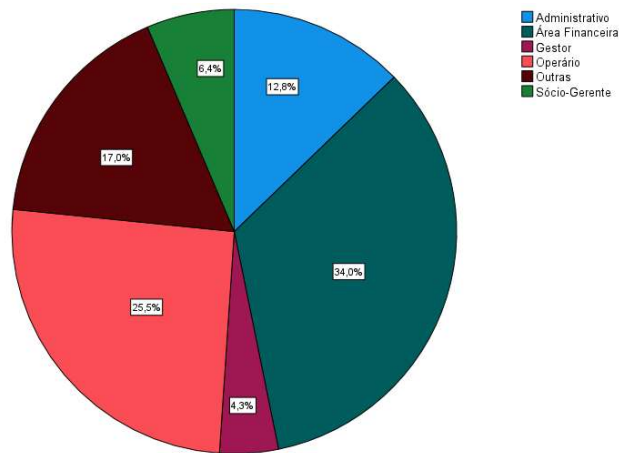


Figura 9- Função dos inquiridos na empresa onde trabalham (Questão 3)

Os dados obtidos a partir desta questão refletem alguma diversidade de cargos ocupados pelos inquiridos. Esta variedade permite observar diferentes perspectivas sobre os controlos internos, uma vez que a opinião de cada grupo profissional pode ser influenciada pelas suas responsabilidades e experiências específicas dentro da organização.

No que diz respeito à questão sobre o tempo de colaboração dos inquiridos na empresa, a média de permanência dos 47 inquiridos é de aproximadamente 5 anos, com um desvio padrão de 4,6 anos, o que evidencia uma dispersão significativa em torno da média e variações consideráveis no tempo de serviço. O tempo de permanência varia entre um mínimo de menos de 1 ano e um máximo de 20 anos. O valor mais comum são 3 anos, com 10 inquiridos e 50% dos inquiridos colaboram no máximo há 3 anos nessa empresa.

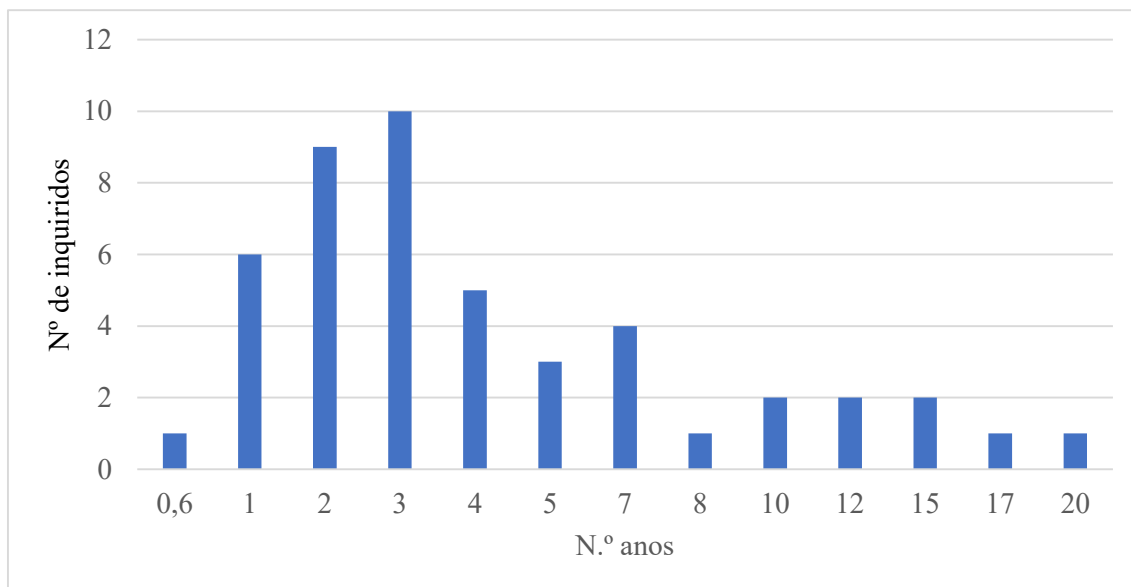


Figura 10- Número de anos de trabalho dos inquiridos na empresa (Questão 4)

Há uma certa assimetria à direita, como se pode ver na Figura 10 que evidencia que a maior parte dos inquiridos tem um tempo de permanência inferior à média, com quatro *outliers* identificados nos 15, 17 e 20 anos, que estendem a cauda da distribuição.

Uma elevada rotatividade nos primeiros anos pode indicar problemas com a retenção de funcionários, o que, por sua vez, pode comprometer a aquisição de conhecimento e a consistência na aplicação dos procedimentos de controlo interno na entidade.

A presença de funcionários com longa antiguidade pode contribuir para a estabilidade e continuidade dos processos, porém, o seu número reduzido pode limitar o alcance e a influência desse efeito na organização. Para o bom funcionamento da entidade, é essencial que, no início de cada contrato de trabalho, os novos colaboradores sejam devidamente instruídos sobre todos os procedimentos de controlo interno adotados, garantindo que compreendam e apliquem esses processos de forma eficaz desde o início.

Em sequência à questão sobre a antiguidade dos colaboradores na empresa, foi abordada a questão relativa ao conhecimento dos inquiridos sobre o conceito de controlo interno. Esta questão teve como objetivo filtrar os respondentes, de modo que, caso um inquirido respondesse "não", o inquérito fosse encerrado. Dos 47 inquiridos 10 não tinham conhecimento sobre o controlo interno para avançar no questionário. Desta forma apenas 37 inquiridos responderam às restantes questões (Tabela 8).

Tabela 8- Tem conhecimento do que é o controle interno? (Questão 5)

Conhece o conceito de Controle Interno	Frequência	Porcentagem
Sim	37	78,7
Não	10	21,3
Total	47	100,0

Ao concluir as questões mencionadas anteriormente, caso o inquirido tenha respondido afirmativamente à pergunta anterior, ele poderá prosseguir para a Seção II - Caracterização da Empresa.

4.2 Caracterização da empresa

A primeira questão desta seção diz respeito à caracterização da entidade segundo a sua dimensão, ou seja, se a empresa era de micro ou pequena dimensão.

Com base na Tabela 9, podemos constatar que aproximadamente 27% (10 empresas) das entidades são microentidades e as restantes pequenas empresas.

Tabela 9- Dimensão da empresa (Questão 6)

Dimensão	Frequência	Porcentagem
Microentidade	10	27,03
Pequena empresa	27	72,97
Total	37	100,0

De acordo com a Tabela 10, que identifica o setor de atividade das empresas onde os inquiridos colaboram, os dados evidenciam uma maior concentração de respondentes nos setores da Indústria e do Comércio, ambos representando 27% (10 inquiridos cada). Em seguida, o setor da Construção destaca-se com 13,5% (5 inquiridos). Setores como Transportes e armazenagem e "Outros" (Consultoria, Engenharia e Cadeia térmica) apresentam percentagens menores, de 10,8% (4 inquiridos) para Serviços e 8,1% (3 inquiridos cada). Os setores de Agricultura, Saúde e Serviços têm uma presença mais reduzida, com 2,7% (1 inquirido para cada categoria).

Tabela 10- Setor de atividade (Questão 7)

Setor de atividade da empresa	Frequência	Porcentagem
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1	2,7
Indústria	10	27,0
Construção	5	13,5
Comércio	10	27,0
Transportes e armazenagem	3	8,1
Serviços	4	10,8
Saúde	1	2,7
Outros (Consultoria, Engenharia e Cadeia térmica)	3	8,1
Total	37	100

Os dados mencionados acima indicam que o questionário foi respondido por empresas de diferentes setores, o que representa um ponto positivo, pois contribuiu para uma maior diversidade na amostra, enriquecendo a análise com diferentes perspectivas e experiências.

No que diz respeito ao número de colaboradores de cada entidade (Questão 8), a Figura 11 ilustra o número de empresas de acordo com a quantidade de colaboradores.

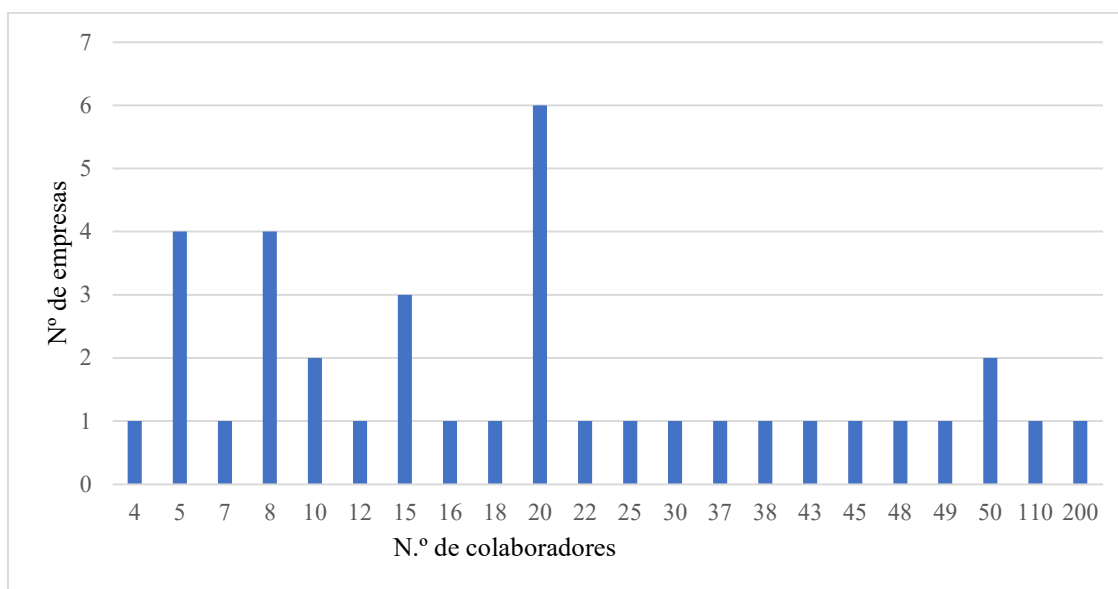


Figura 11- Número de empresas de acordo com a quantidade de colaboradores

No que diz respeito ao número de colaboradores nas empresas, a análise dos dados revela que a média de colaboradores é de aproximadamente 28 colaboradores, com um desvio padrão de 35,6 colaboradores, o que indica uma grande dispersão no número de

colaboradores nas empresas analisadas. O número de colaboradores varia de 4 a um máximo de 200 colaboradores. A mediana e a moda, ambas fixadas em 20 colaboradores, sugerem que metade das empresas tem até 20 colaboradores, sendo este também o valor mais frequente. A Figura 11 sugere uma distribuição altamente enviesada à direita, evidenciando que a maioria das empresas possui um número de colaboradores inferior à média. Além disso, é de notar a presença de 2 *outliers*, um *outlier* moderado que diz respeito a uma empresa com 110 colaboradores e um *outlier* severo para uma empresa com 200 colaboradores o que contribuem para a extensão da cauda da distribuição.

No que diz respeito ao volume de negócios das 37 empresas em estudo, a análise dos dados revela que a média de faturação é de aproximadamente 2338,38 milhares de euros, com um desvio padrão de 2092,83 milhares de euros, o que indica uma elevada dispersão nos valores observados. A mediana, situada em 2000,00 milhares de euros, sugere que metade das empresas fatura este valor ou menos, demonstrando que uma porção significativa das empresas apresenta volumes de negócios inferiores à média.

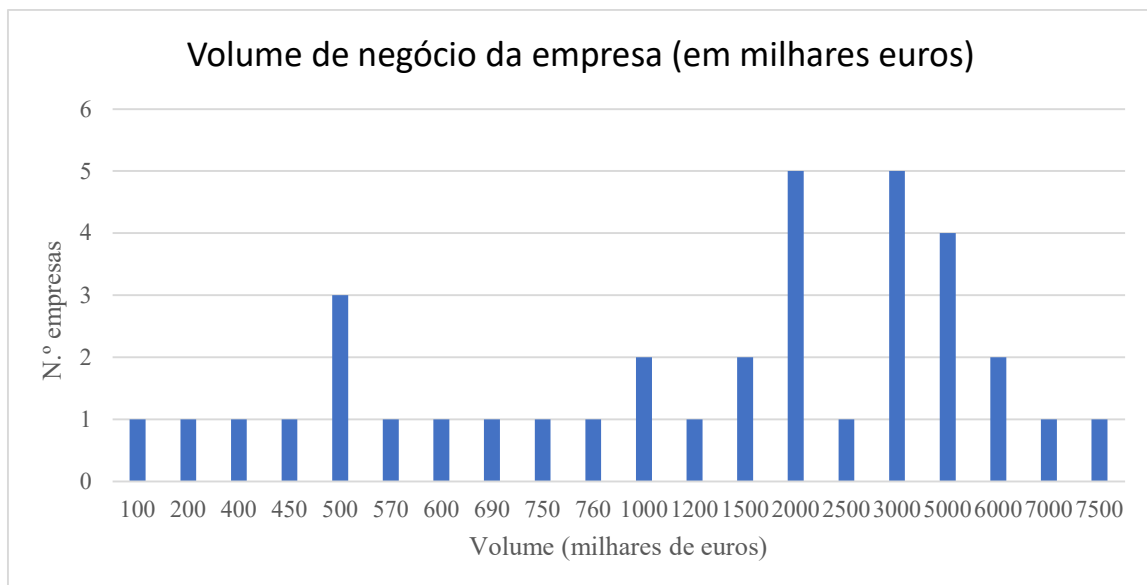


Figura 12- Volume de negócio da empresa em milhares de euros (Questão 9)

A distribuição dos dados é assimétrica positiva, conforme ilustrado na Figura 16, o que indica que a cauda da distribuição está inclinada para a direita. Isso sugere a presença de algumas empresas com faturações significativamente superiores às demais. O intervalo de variação do volume de negócios, que vai desde um mínimo de 100 até um máximo de

7500 milhares de euros, reforça a amplitude da dispersão, com empresas tanto nos extremos inferiores como superiores do espectro.

Este cenário revela que, apesar de uma concentração de empresas com volumes de negócios mais modestos, algumas destacam-se com faturações muito acima da média, contribuindo para a assimetria observada.

MPE's com maiores volumes de negócios podem ter necessidades de controlo interno mais complexas devido à maior escala de operações, já MPE's com volumes de negócios mais baixos podem ter mecanismos de controlo interno mais simples, mas poderiam beneficiar de estratégias de controlo interno adaptadas para apoiar o crescimento.

4.3 Controlo Interno

Na Secção III - Controlo Interno, do inquérito, as questões focam-se exclusivamente na implementação de controlos internos nas empresas.

A primeira questão desta secção perguntava se a empresa na qual o respondente exerce a sua atividade profissional possui algum tipo de controlo interno implementado. Os resultados revelaram que 46,8% (22 empresas) têm controlos internos implementados, e em 19,1% (9 empresas), embora existam, são considerados desadequado à empresa. Além disso, 13,5% (5 empresas) indicaram não possuir qualquer controlo interno, e 2,7% (1 empresa) afirmaram desconhecer a sua existência.

Tabela 11- Empresa onde trabalha possui algum tipo de controlo interno implementado (Questão 10)

Controlo Interno Implementado?	Frequência	Percentagem
Não	5	13,5
Não sei	1	2,7
Sim	22	59,5
Sim, mas desadequado à empresa	9	24,3
Total	37	100,0

No geral, embora a maioria das MPE's tenha controlos internos instituídos, há uma percentagem notável que precisa melhorar a adequação e eficácia desses controlos para apoiar melhor suas operações de negócios.

Para entender as razões pelas quais essas 5 empresas não possuíam controlo interno, foi-lhes perguntado diretamente por que motivo não implementaram esses controlos. Os motivos apresentados foram: decisão da gerência (1 empresa), o que sugere que a ausência de controlos internos pode ser uma escolha deliberada da gerência; desconhecimento (2 empresas), o que implica que muitas MPE's podem não estar totalmente cientes da importância dos controlos internos ou como implementá-los; a falta de recursos humanos ou financeiros (2 empresas), o que sugere que as restrições de recursos podem ser uma barreira para a implementação de controlos internos eficazes principalmente pela dimensão da empresa ser reduzidos.

Em seguida, os 47 inquiridos foram questionados se consideram que o Controlo Interno deve ser da responsabilidade de um colaborador dedicado exclusivamente a essa função.

Tabela 11- Considera que o responsável pelo Controlo Interno deve ter unicamente esta função (Questão 12)

Responsável pelo CI deve ter unicamente essa função	Frequência	Percentagem
Não	19	51,4
Sim	18	48,6
Total	37	100,0

O facto de aproximadamente 49% dos inquiridos acharem que quem é responsável pelo Controlo Interno deve ter apenas essa função, enquanto os outros 51% discordam, revela uma divisão clara de opiniões sobre a estrutura organizacional e a alocação de responsabilidades dentro das MPE's (Ver Tabela 12).

Aqui estão algumas considerações sobre este resultado:

1. **Especialização vs. Flexibilidade:** Aqueles que concordam com a ideia de que o responsável pelo Controlo Interno deve ter apenas essa função podem valorizar a especialização e a dedicação total a essa área crítica, o que pode levar a uma maior eficácia e foco. Por outro lado, os que discordam podem valorizar a flexibilidade e a capacidade de ter responsáveis que possam gerir múltiplas funções, o que é comum em MPE's com recursos limitados.
2. **Recursos e Escala:** Em MPE's, os recursos são muitas vezes limitados, e pode não ser viável ter uma pessoa dedicada exclusivamente ao Controlo Interno. As

empresas menores podem necessitar que os colaboradores desempenhem várias funções para otimizar a utilização dos recursos disponíveis.

3. **Cultura Organizacional:** A cultura da empresa pode influenciar estas opiniões. Algumas MPE's podem promover uma cultura de controlo integrado em todas as funções, enquanto outras podem preferir uma abordagem mais centralizada.

Este resultado equilibrado sugere que não há uma única abordagem correta e que as MPE's podem precisar de avaliar as suas próprias necessidades, riscos e recursos para determinar a melhor estrutura para o Controlo Interno. Pode também indicar uma oportunidade para mais educação e discussão sobre as melhores práticas de Controlo Interno nas MPE's.

Encerrando o enquadramento geral sobre a implementação ou não do sistema de controle interno nas empresas, as próximas questões exploram aspetos mais específicos relacionados com as áreas de controle interno, a adequação desse sistema às diversas dimensões da empresa e outros fatores relevantes.

Com o intuito de compreender a perceção dos inquiridos acerca da importância do controle interno, foi formulada a seguinte questão: "Qual a importância que atribui ao controle interno nas áreas: Operacional, Financeira, Compras, Produção e Recursos Humanos?".

A Figura 13 apresenta a distribuição percentual das respostas dos inquiridos em cinco categorias de importância, para as cinco áreas específicas. A análise revela que em nenhuma das áreas o controlo interno foi considerado como "Nada importante" pelos inquiridos, o que sugere que, no mínimo, o controle interno é reconhecido em todas as áreas. No entanto, há a destacar que uma parte significativa dos inquiridos selecionou a opção "Neutro", em algumas áreas, o que, para um universo de 37 respondentes, representa uma parcela considerável e merece atenção.

No que diz respeito à Área Operacional, a maioria dos inquiridos (51,4%) classificou o controle interno como "Importante" e 18,9% como "Muito importante", enquanto 27% mantiveram-se neutros. Com cerca de um quarto dos respondentes a adotar uma posição neutra, fica claro que, embora o controle interno na área operacional seja valorizado por muitos, existe uma divisão significativa, sugerindo que nem todos veem a sua importância de forma clara.

A Área Financeira destaca-se pelo forte reconhecimento do controle interno, com 62,2% dos inquiridos considerando-o "Muito importante" e 35,1% "Importante". Apenas 2,7% se posicionaram como neutros, o que indica que, nesta área, há um consenso quase total quanto à importância crítica do controle interno, especialmente devido à sua função na integridade financeira e mitigação de riscos.

A Área de Compras apresenta uma maior diversidade de respostas, com 32,4% dos inquiridos a classificarem o controle interno como "Muito importante", 37,8% como "Importante" e 27% como "Neutro". Esta distribuição mostra que uma parte significativa dos inquiridos (10 inquiridos) vê a importância do controle interno de forma neutra, o que pode indicar variações na percepção da relevância do controle interno nesta área em particular.

Na área de Produção, 54,1% dos inquiridos consideram o controle interno 'Importante' e 21,6% 'Muito importante', o que reflete uma percepção positiva nesta área. No entanto, 24,3% mantêm-se neutros, representando uma parte relevante dos inquiridos (9 inquiridos). Os resultados sugerem que, embora o controle interno seja valorizado na produção, ainda há uma parcela que não expressa uma opinião forte sobre sua relevância.

A área de Recursos Humanos destaca-se pela maior variação nas respostas. Embora 37,8% (14 inquiridos) tenham adotado uma postura neutra, 27% consideraram o controle interno "Importante" e 10,8% "Muito importante". No entanto, 24,3% dos inquiridos (9 inquiridos) consideraram o controle interno "Pouco importante", o que evidencia uma visão menos consensual sobre sua importância nesta área. Isso pode indicar que a implementação e a eficácia do controle interno em Recursos Humanos são vistas como áreas com potencial de melhoria.

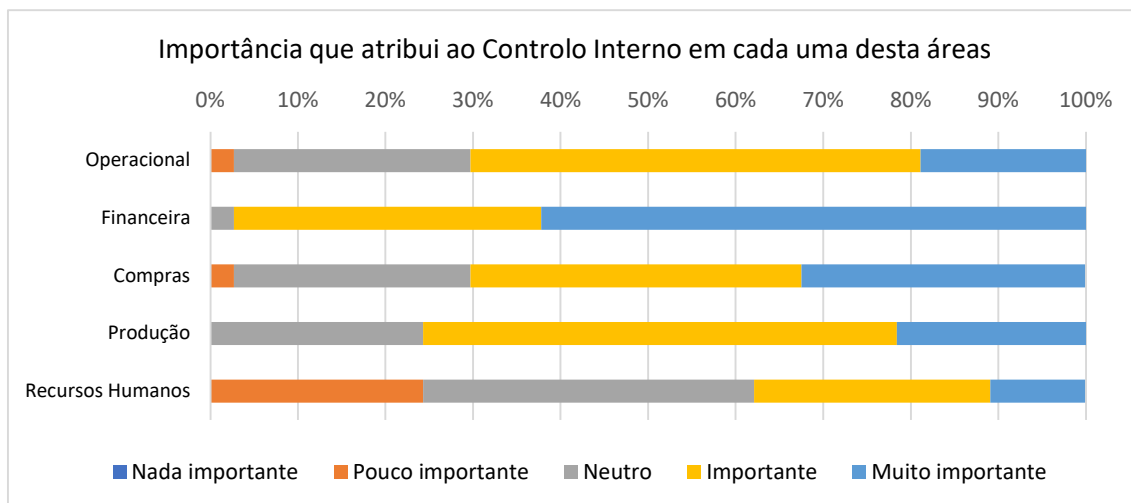


Figura 13- Importância que atribui ao Controle Interno nas diferentes áreas (Questão 13)

Esta informação pode ser utilizada para compreender como as MPE's percebem a importância do controle interno em diferentes aspectos do seu negócio.

A análise destes dados pode ajudar as MPE's a identificar áreas onde o controle interno é considerado mais crítico e, conseqüentemente, onde podem ser necessários esforços adicionais para fortalecer esses controles. Além disso, pode indicar onde as MPE's sentem-se mais confiantes e onde podem existir oportunidades de melhoria.

Considerando a relevância do controle interno para o sucesso organizacional, foi questionado aos inquiridos sobre a importância que atribuem a diferentes aspectos relacionados ao controle interno, conforme a Figura 14.

Os dados revelam que 94,5% dos inquiridos atribuem grande importância ao controle interno para garantir a precisão e a integridade das informações financeiras, com 48,6% considerando-o 'Muito importante' e 45,9% 'Importante'. Apenas, 5,4% (2 inquiridos) optaram pela opção 'Neutro'. Este resultado reflete uma consciência consolidada sobre o papel do controle interno na mitigação de riscos associados a erros e fraudes contábilísticas, promovendo a transparência e a responsabilidade na gestão financeira.

A proteção dos ativos da empresa é considerada 'Muito importante' por 32,4% dos respondentes e 'Importante' por 48,6%, totalizando 81,0%. Já, 16,2% (6 inquiridos) optaram pela opção 'Neutro' e apenas 2,7% (1 inquirido) respondeu 'Pouco importante'. Esta percepção enfatiza a necessidade de um sistema de controle interno robusto para salvaguardar os recursos da organização, incluindo bens físicos, informações e capital

humano. A implementação eficaz de controles internos contribui para a prevenção de perdas financeiras e danos reputacionais, promovendo a sustentabilidade organizacional a longo prazo.

A melhoria da eficiência operacional é reconhecida como 'Muito importante' por 24,3% dos inquiridos e 'Importante' por 40,5%, totalizando 64,8%. Além disso, 32,4% (12 inquiridos) optaram pela opção 'Neutro'. Embora a percepção sobre a importância do controle interno nesse contexto seja significativa, apresenta uma variabilidade maior em comparação aos aspetos anteriores. Isso sugere que, embora haja um reconhecimento da contribuição do controle interno para a otimização de processos e redução de desperdícios, a sua implementação prática pode variar conforme a cultura organizacional e a natureza dos processos envolvidos.

Por fim, a capacidade do controle interno de aumentar a confiança dos investidores e *stakeholders* é avaliada como 'Muito importante' por 18,9% dos respondentes e 'Importante' por 32,4%, totalizando 51,3%. No entanto, 13,5% (5 inquiridos) consideram essa função como 'Nada importante' ou 'Pouco importante', e 35,1% (13 inquiridos) optaram pela opção 'Neutro', indicando uma percepção menos uniforme em relação a este aspeto. A confiança dos investidores e *stakeholders* é vital para a sustentabilidade das operações empresariais, influenciando decisões de investimento e parcerias comerciais.

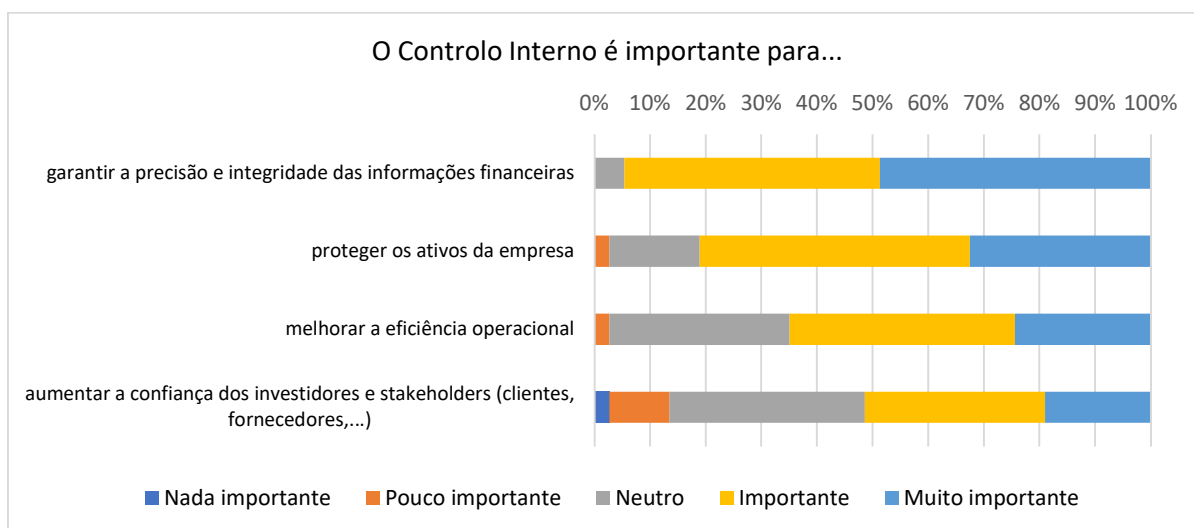


Figura 14- Importância do controlo interno (Questão 14)

Os resultados indicam que as MPEs reconhecem a importância do controlo interno em diversas áreas, destacando-se, em particular, a garantia da precisão e integridade da

informação, bem como a melhoria da eficiência operacional. A proteção dos ativos empresariais e o fortalecimento da confiança dos investidores também são considerados relevantes, ainda que com menor ênfase.

A próxima questão teve como objetivo avaliar o grau de importância atribuído a diferentes aspectos do controle interno nas micro e pequenas empresas, nomeadamente o seu papel no crescimento empresarial, na redução de riscos, na criação de manuais específicos, na definição de responsabilidades exclusivas e no impacto que a acumulação de funções pode ter na confiança no trabalho do responsável pelo controle interno. Os resultados são apresentados na Figura 15.

Verificou-se que 100% dos respondentes reconhecem a relevância da afirmação 'O controle interno deve acompanhar o crescimento da empresa', com 62,2% considerando 'Muito importante' e 37,8% 'Importante'. Este resultado evidencia a compreensão de que um sistema de controle interno deve evoluir em consonância com o crescimento da organização, assegurando a gestão eficaz dos riscos à medida que a empresa se expande.

81,1% dos inquiridos atribuem grande importância à afirmação 'O controle interno reduz os riscos associados à dimensão, dinamismo e capacidade de adaptação das micro e pequenas empresas', com 64,9% considerando 'Importante' e 16,2% 'Muito importante'. Essa percepção destaca a função do controle interno como um mecanismo de mitigação de riscos, permitindo que as micro e pequenas empresas naveguem de forma mais eficaz nas suas operações dinâmicas e em constante mudança.

Em relação à afirmação 'O desenvolvimento de um manual de controle interno demonstra uma preocupação acrescida com esta temática', um total de 78,3% dos respondentes veem o desenvolvimento de um manual de controle interno como 'Importante' (48,6%) ou 'Muito importante' (29,7%). Além disso, 21,6% tomaram uma posição 'Neutra', enquanto 0% a classificam como 'Nada importante' ou 'Pouco importante'. Isso sugere que a formalização dos procedimentos de controle interno é considerada um sinal de compromisso com a boa governança e a gestão de riscos, refletindo uma preocupação em adotar melhores práticas organizacionais.

No que diz respeito à afirmação 'O responsável pelo controle interno deve ter essa única função', 51,3% dos inquiridos acreditam que o responsável pelo controle interno deve

dedicar-se exclusivamente a essa função, com 32,4% considerando 'Importante' e 18,9% 'Muito importante'. Além disso, 29,7% dos respondentes tomaram uma posição neutra, enquanto 2,7% a classificaram como 'Nada importante' ou 'Pouco importante'. Os resultados mostram uma divisão de opiniões, indicando que, embora muitos reconheçam a importância de uma dedicação integral ao controle interno, há também uma aceitação da possibilidade de acumulação de funções, o que pode refletir a realidade das micro e pequenas empresas.

Quanto à afirmação 'Quando o responsável pelo controle interno tem outras funções, a confiança no seu trabalho pode ser comprometida', 27,0% dos 36 inquiridos consideram-na 'Importante', 18,9% 'Muito importante' e 13,5% 'Pouco importante'. Por outro lado, 40,5% consideram a afirmação como 'Nada importante' (8,1%) ou 'Pouco importante' (32,4%), enquanto 18,9% optaram pela posição 'Neutra'. Essa variação nas respostas indica que, embora exista uma preocupação com a sobrecarga de responsabilidades que pode impactar a confiança no trabalho do responsável pelo controle interno, essa preocupação não é reconhecida de maneira consensual entre os respondentes.

Estes resultados sugerem que as MPE's reconhecem a importância do controle interno, particularmente no aumento da precisão, eficácia e alcance, e na redução de fraude e erros. As respostas indicam uma tendência para a importância do controle interno na manutenção da integridade organizacional e na gestão de riscos.

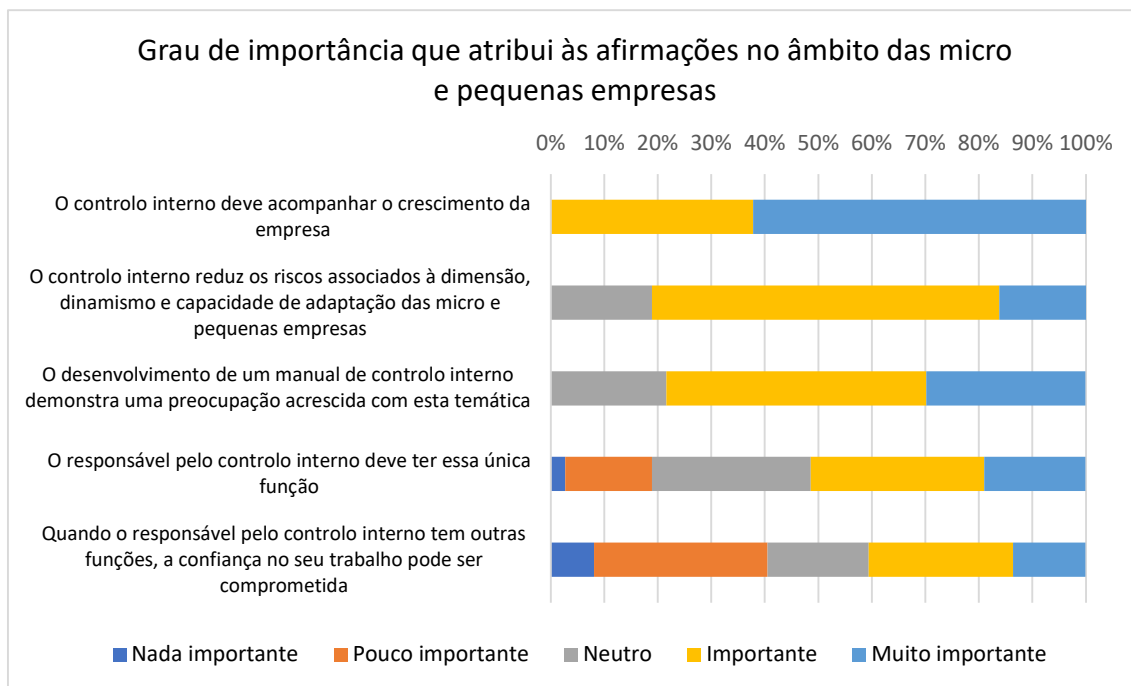


Figura 15- Grau de importância que atribui às afirmações no âmbito das micro e pequenas empresas (Questão 15)

A próxima questão, que encerra o questionário, aborda os benefícios de dispor de pessoal dedicado exclusivamente ao Controlo Interno. O objetivo é analisar as opiniões dos respondentes sobre como tal abordagem pode resultar numa série de vantagens, incluindo uma maior precisão e eficácia nas operações, um aumento da transparência organizacional, a mitigação do risco de fraude ou erros, e a ampliação do alcance das práticas de controlo interno.

Ao analisar a figura 16, observa-se que 91,8% dos respondentes reconhecem que a presença de pessoal dedicado exclusivamente a esta tarefa contribui para uma maior precisão e eficácia no controle interno, com 48,6% considerando "Muito importante" e 43,2% "Importante". Além disso, 8,1% dos inquiridos optaram pela posição "Neutra" em relação a esta afirmação, o que indica que, embora a maioria veja a especialização da equipe como um fator crítico, há uma pequena parcela que permanece indecisa. Isso sugere a necessidade de mais esclarecimentos sobre os benefícios do controle interno.

A transparência organizacional é valorizada por 56,7% dos inquiridos, sendo 37,8% "Importante" e 18,9% "Muito importante". Um total de 37,8% dos respondentes também optou pela posição "Neutra", enquanto 5,4% a classificaram como "Pouco importante". A presença de pessoal especializado em controle interno é percebida como um

mecanismo para fomentar uma cultura de transparência, essencial para fortalecer a confiança interna e externa na organização. 67,5% dos respondentes consideram a redução do risco de fraudes e erros como "Importante" (43,2%) ou "Muito importante" (24,3%). Contudo, 21,6% escolheram a opção "Neutra" e 10,8% a consideraram "Pouco importante". Este resultado destaca a importância de uma equipe dedicada ao controle interno na implementação de controles que previnam irregularidades e aumentem a confiabilidade das operações.

A expansão do alcance do controle interno é vista como "Importante" por 51,4% e "Muito importante" por 29,7%, totalizando 81,1%. Além disso, 18,9% dos inquiridos optaram pela posição "Neutra". Essa percepção indica que uma equipe dedicada não apenas aprimora os processos de controle existentes, mas também permite uma abordagem mais abrangente, cobrindo diferentes áreas e riscos da organização.

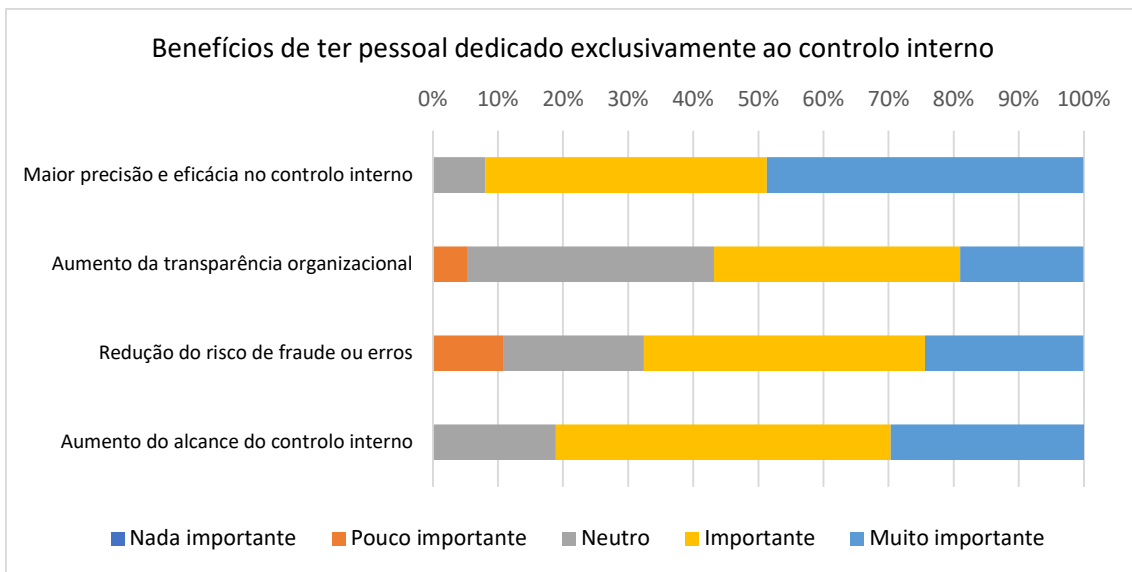


Figura 16- Benefícios de ter pessoal dedicado exclusivamente ao controle interno (Questão 16)

A análise dos dados demonstra que a dedicação de pessoal ao Controle Interno é amplamente valorizada pelos inquiridos, uma vez que os respondentes atribuem pouca importância às classificações de “Nada importante” e “Pouco importante”. Estes resultados sugerem que as MPE’s reconhecem a importância do controle interno, particularmente no aumento da precisão, eficácia e alcance, e na redução de fraude e erros.

4.4 Interpretação dos resultados obtidos

Concluída a apresentação e análise das respostas ao questionário, torna-se essencial proceder à interpretação dos resultados. O objetivo desta secção é organizar as respostas de forma a possibilitar a validação de cada uma das hipóteses previamente formuladas. A validação foi realizada com base nas questões do questionário correspondentes a cada hipótese, considerando a percentagem de respostas concordantes.

Para validar a concordância das respostas obtidas, foram consideradas, do total de respostas obtidas, as questões que são concordantes (cuja resposta é nível 4 ou 5).

H1: Um controlo interno desenvolvido produz uma sensação de segurança dentro da entidade.

Esta hipótese tinha como objetivo principal concluir sobre a importância do controlo interno na criação de um ambiente de segurança e conforto dentro da entidade.

As questões que apoiaram a análise desta hipótese foram as questões 14 e 15.2., tal como é possível visualizar na Tabela 12.

Tabela 12- Questões do questionário para validação da H1

Questionário
14 - O controlo interno é importante para:
14.1 - Garantir a precisão e integridade das informações financeiras
14.2 - Proteger os ativos da empresa
14.3 - Melhorar a eficiência operacional
14.4 - Aumentar a confiança dos investidores e <i>stakeholders</i> (clientes, fornecedores...)
15 - O grau de importância que atribui às seguintes afirmações no âmbito das micro e pequenas empresas:
15.2 - O controlo interno reduz os riscos associados à dimensão, dinamismo e capacidade de adaptação das micro e pequenas empresas

Para as questões apresentadas, as respostas obtidas apresentam uma concordância de:

- Garantir a precisão e integridade das informações financeiras: 94,5%;
- Proteger os ativos da empresa: 81%;
- Melhorar a eficiência operacional: 64,8%;

- Aumentar a confiança dos investidores e *stakeholders*: 51,3%;
- O controlo interno reduz os riscos associados à dimensão, dinamismo e capacidade de adaptação das micro e pequenas empresas: 81,1%.

Quanto à hipótese 1 verifica-se uma concordância sempre superior a 50% em qualquer uma das questões e, portanto, é possível concluir que a hipótese é válida.

H2: O desenvolvimento do controlo interno ou implementação de um manual de controlo interno é importante para a entidade.

Esta hipótese tinha como objetivo principal destacar e validar a importância dos controlos internos na gestão eficaz e segura de uma organização.

As questões que sustentam a análise desta hipótese são as questões número 13, 15.1. e 15.2., tal como verificamos na Tabela 13.

Tabela 13- Questões do questionário para validação da H2

Questionário
13 - Qual é o grau de importância (sendo 1 "nada importante" e 5 "muito importante") que atribui ao controlo interno em cada uma destas áreas:
13.1 - Operacional
13.2 - Financeira
13.3 - Compras
13.4 - Produção
13.5 - Recursos Humanos
15 - O grau de importância que atribui às seguintes afirmações no âmbito das micro e pequenas empresas:
15.1 - O controlo interno deve acompanhar o crescimento da empresa
15.3 - O desenvolvimento de um manual de controlo interno demonstra uma preocupação acrescida com esta temática

Para as questões apresentadas, as respostas obtidas apresentam uma concordância de:

- Operacional: 70,3%;
- Financeira: 97,3%;

- Compras: 70,2%
- Produção: 75,7%
- Recursos Humanos: 37,8%
- O controlo interno deve acompanhar o crescimento da empresa: 100%;
- O desenvolvimento de um manual de controlo interno demonstra uma preocupação acrescida com esta temática: 78,3%.

Quanto à hipótese 2 verifica-se uma concordância positiva para a maioria das áreas. Pelo que é possível concluir que a hipótese 2 é válida.

H3: A existência de pessoal responsável unicamente pelo controlo interno aumenta a confiança no mesmo.

Esta hipótese tinha como objetivo principal concluir sobre a importância de ter uma equipe especializada e dedicada ao controlo interno.

As questões colocadas que sustentam a hipótese apresentada, são as descritas na Tabela 14.

Tabela 14- Questões do questionário para validação da H3

Questionário
12-Considera que o responsável pelo controlo interno deve ter unicamente essa função?
15 - O grau de importância que atribui às seguintes afirmações no âmbito das micro e pequenas empresas:
15.4 - O responsável pelo controlo interno deve ter essa única função
15.5 - Quando o responsável pelo controlo interno tem outras funções, a confiança no seu trabalho pode ser comprometida
16 – O grau concorda com cada uma das seguintes afirmações sobre os benefícios de ter pessoal dedicado exclusivamente ao controlo interno:
16.1 - Maior precisão e eficácia no controle interno
16.2 - Aumento da transparência organizacional
16.3 - Redução do risco de fraude ou erros
16.4 -Aumento do alcance do controlo interno

Para este cálculo as respostas foram consideradas como desfavoráveis, e favoráveis da seguinte forma:

- “Sim” assumiu favorável
- “Não” assumiu desfavorável
- “1” e “2” assumiu desfavorável
- “3” assumiu neutro
- “4” e “5” assumiu favorável

Através desta tabela foi possível validar a as hipóteses obtendo as seguintes percentagens de respostas favoráveis:

- Considera que o responsável pelo controlo interno deve ter unicamente essa função: 48,6%;

O grau de importância que atribui às seguintes afirmações no âmbito das micro e pequenas empresas:

- O responsável pelo controlo interno deve ter essa única função: 51,3%;
- Quando o responsável pelo controlo interno tem outras funções, a confiança no seu trabalho pode ser comprometida: 40,5%;

O grau concorda com cada uma das seguintes afirmações sobre os benefícios de ter pessoal dedicado exclusivamente ao controlo interno:

- Maior precisão e eficácia no controle interno: 91,8%;
- Aumento da transparência organizacional: 56,7%;
- Redução do risco de fraude ou erros: 67,5%;
- Aumento do alcance do controlo interno: 81,1%.

Quanto à hipótese 3 verifica-se uma concordância positiva para a maioria das áreas. Considerando o exposto, é possível considerar que a hipótese é válida.

5.1 Considerações finais

Esta dissertação tem como objetivo analisar o controlo interno, visando compreender a relação entre a dimensão, o setor de atuação, o volume de negócios, o número de colaboradores e o tipo de atividade empresarial.

Neste estudo, foi escolhida uma metodologia quantitativa com o objetivo de validar hipóteses formuladas durante a revisão da literatura, desenvolvidas a partir das questões de investigação. Assim, foi elaborado um questionário que foi enviado para micro e pequenas empresas tendo como destinatário a pessoa mais informada acerca do controlo interno.

Foram obtidas 47 respostas ao questionário, sendo que 10 dos inquiridos não conheciam o conceito de controlo interno e, por isso não reponderam às questões sobre o mesmo.

Foram formuladas 3 hipóteses de análise, sendo que, a hipótese 1 pretendia analisar se o controlo interno desenvolvido produz a sensação de confiança na empresa. Observando as questões relacionadas com esta hipótese. Destaca-se a questão “O controlo interno é importante para aumentar a confiança dos investidores e *stakeholders* (clientes, fornecedores...)” que obteve a menor concordância (51,3%) o que pode resultar da dimensão das empresas. Empresas de menor dimensão, muitas vezes, não tem investidores e a quantidade de *stakeholders* tende a ser reduzida em comparação a empresas de dimensão media ou grande. As restantes questões obtiveram uma concordância elevada.

A hipótese 2 pretendia analisar se o desenvolvimento do controlo interno era importante para o desenvolvimento da entidade. Observando as questões destaca-se a concordância elevada. Contudo na questão “Qual é o grau de importância que atribui ao controlo interno nos recursos humanos” a percentagem de concordância foi de 37,8% o que demonstra que, de todos os setores, este foi considerado o de menor importância enquanto o setor financeiro foi o de maior importância (97,3%). A questão “O controlo interno deve acompanhar o crescimento da empresa” todos os inquiridos responderam afirmativamente demonstrando que mesmo havendo setores que não consideram que o controlo interno é tão importante, todos eles devem acompanhar o crescimento da empresa.

A hipótese 3 pretendia identificar se a existência de pessoal unicamente responsável pelo controlo interno aumenta a confiança no mesmo. Nesta hipótese as questões “O responsável pelo controlo interno deve ter essa única função” e “Quando o responsável pelo controlo interno tem outras funções, a confiança no seu trabalho pode ser comprometida” obtiveram uma concordância baixa, 51,3% e 40,5%, respetivamente. Por outro lado, as questões relacionadas com vantagens de ter pessoal unicamente responsável pelo controlo interno obtiveram uma concordância superior. Através destas respostas é possível concluir que os inquiridos compreendem as vantagens de ter pessoal unicamente responsável pelo controlo interno, contudo, por motivos (financeiros, falta de recursos humanos, dimensão da empresa, decisão da gerência...) não consideram que seja necessário/possível para a empresa.

5.2 Limitações ao estudo

A maior limitação ao desenvolvimento da presente dissertação foi o tempo disponível para obter respostas por parte das entidades que foram contactadas. A indisponibilidade de muitas entidades para responder ao inquérito enviado, também se tornou um dos maiores obstáculos no desenvolvimento do estudo.

Assim, foi difícil obter um elevado número de respostas que permitisse uma maior confiança nos resultados apresentados.

5.3 Perspetivas futuras de investigação

Para futuras investigações, torna-se fundamental reunir uma amostra mais abrangente de respostas, de modo a obter uma perceção mais clara e representativa dos inquiridos. Para tal, é crucial promover uma maior consciencialização entre os profissionais acerca de temas desta natureza, o que permitirá aos investigadores desenvolver estudos mais robustos e fundamentados.

De forma a aprofundar este tema, seria importante para estudos futuros, questionar as medidas concretas de controlo interno instituídos nas organizações onde existisse um sistema de controlo interno instituído. Questionar quais os procedimentos instituídos em cada área da organização, como vendas, recursos humanos, compras, entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, M. C. G. (2008). A Contabilidade nas decisões de Gestão dos dirigentes Portugueses. Revista Universo Contábil
- AICPA. (1972). American Institute of Certified Publics Accountants. Statement on Auditing Standards (SAS) No. 1. Obtido de <http://www.aicpa.org>.
- Ang, I. (1991). Desperately Seeking the Audience, London and New York: Routledge
- Barros, V. M. (2005). O novo velho enfoque da informação contábil. Revista de Contabilidade e Finanças
- Boyd, L. H., & Cox, J. F. (2002). Optimal decision making using cost accounting information. Obtido de <http://doi.org/10.1080/00207540210122239>
- Boynton, W. C., Johnson, R. N. e Kell W. G. (2002). Auditoria, Tradução da 7ª edição do original Modern Auditing,
- Carla Pires. (2020). A Importância da Informação Contabilística, em Contexto de Pandemia, no Processo de Tomada de Decisão: Um estudo sobre Micro e Pequenas Entidades. Obtido de [Relatório de Estágio Carla Pires.pdf \(uc.pt\)](#)
- CNC. (2015). Sumário das principais alterações ao SNC. Obtido de [Sumário das principais alterações do SNC referentes à transposição da Diretiva 2013 v4 1 limpa \(min-financas.pt\)](#)
- COSO (2004). Enterprise Risk Management – Integrated Framework
- COSO (2007). Gestão de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada: Sumário Executivo.
- COSO (2013). Internal Control - Integrated Framework
- COSO. (2017). Enterprise risk management - Integrating with strategy and performance
- Costa, C. (2010). Auditoria Financeira – Teoria & Prática
- Diehl. (2004). Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas. Pearson
- Dyt, R., e Halabi, A. K. (2007). Empirical Evidence Examining the Accounting Information Systems and Accounting Reports of Small and Micro Business in Australia. Small Enterprise Research,

Estrela, Sónia Catarina Lopes. (2014). A Gestão da informação na tomada de decisão das PME da região centro: um estudo exploratório e de multicase no âmbito da Ciência da Informação. Obtido <https://hdl.handle.net/10316/25956>

Gouveia, L. B. & Ranito, J. (2004). Sistema de informação de apoio á gestão. Sociedade portuguesa de inovação

Hall, M. (2010). Accounting information and managerial work. Accounting, Organizations and Society

IFAC. (2012). Professional Accountants in Business Committee International Good Practice Guidance: Evaluating and Improving Internal Control in Organizations.

IFAC (2018). International Auditing and Assurance Standards Board, tradução da edição 2018 parte 1 pela OROC

Marriott, N., e Marriott, P. (2000). Professional accountants and the development of a management accounting service for the small firm: barriers and possibilities. Obtido de <https://doi.org/10.1006/mare.2000.0142>

Morais, G. e Martins, I. (2013). Auditoria Interna Função e Processo. Áreas Editora

Moreira, R., Encarnação, L., Bispo, O., Angotti, M., e Colauto, R. (2013). A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. *Revisita Contemporânea de Contabilidade*

Moreira, A. (2009), *Desafios das PME num Contexto de Globalização, Percursos & Ideias*

Menezes, Duarte, Carvalho e Souza (2019). Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância

Nunes, L. C. F. & Serrasqueiro, Z. M. S. (2004). A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas. *Revista de Contabilidade e Finanças*,

Oliveira, A, G., Muller, A. N. & Nakamura, W. T. (2000). A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. *Revista FAE*

Oliveira, José. (2011). Modelo integrado para uma gestão eficiente e controlo do risco. *Vida Económica*

- OROC (2018). Guia de aplicação das ISA- Conceitos fundamentais e orientação pratica
- Pardal, L. A., & Correia, E. (1995). Métodos e técnicas de investigação social. Porto: Areal
- PriceWaterhouseCoopers. (2007). COSO - Gerenciamento de Riscos Corporativo
- Proetti, S. (2017). As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. Revista Lumen,
- Prodanov, Freitas. (2013). metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico
- Secretaria-Geral da Economia, (2023). Obtido de <https://www.sgeconomia.gov.pt/servicos-perguntas-frequentes/auditoria-e-controlo-interno.aspx>
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios. Lisboa: Pactor.
- STEENKAMP, N.; KASHYAP, V. (2010) Importance and contribution of intangible assets: SME manager's perceptions. Journal of Intellectual Capital
- Stroeher, A. M. & Freitas, H. (2006). Identificação das necessidades de informações contábeis de pequenas empresas para a tomada de decisão organizacional. III Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação
- Tribunal de Contas (1999). Manual de auditoria e de procedimentos. Obtido de https://www.tcontas.pt/pt-pt/NormasOrientacoes/ManuaisTC/Documents/Manual_voll.pdf
- Tribunal de Contas (2016). Manual de auditoria- Princípios fundamentais. Obtido de https://www.tcontas.pt/pt-pt/NormasOrientacoes/ManuaisTC/Documents/mapf_20161107.pdf
- Witt, C., Pletsch, C. S., Hein, N., e Kroenke, A. (2018). Utilização de informações contábeis e gerencias por parte dos empresários de micros e pequenas empresas. Ágora: Revista de Divulgação Científica

Apêndice I – Modelo do Inquérito enviado

Controlo interno em micro e pequenas empresas

O meu nome é João Silva e frequento o Mestrado em Auditoria, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto.

Neste momento estou a realizar a minha dissertação, na qual pretendo analisar o conhecimento dos colaboradores das micro e pequenas empresas acerca do controlo interno.

A duração média do questionário é de, aproximadamente 5 minutos.

O anonimato e a confidencialidade dos dados serão garantidos e apenas serão usados para fins estatísticos, cumprindo com a legislação vigente em matérias de proteção e recolha de dados, segundo Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto.

Para o sucesso deste projeto, a sua colaboração é absolutamente imprescindível.

Agradeço, desde já, a sua colaboração.

* Indica uma pergunta obrigatória

Tomei conhecimento dos objetivos e características do estudo (de acordo com o ^{*} Regulamento Geral de Proteção de dados – RGPD), pretendo responder a este questionário e autorizo a publicação dos resultados, de forma agregada, para fins académicos.

Sim

Não

Secção I - Caracterização do respondente

Grau académico *

- Até 12º ano
- Bacharelato
- Licenciatura
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutoramento

Função atual na empresa onde trabalha? *

- Gestor
- Sócio-Gerente
- Área Financeira
- Administrativo
- Operário
- Outro: _____

Número de anos de trabalho na empresa? (Inserir número de anos) *

Sua resposta _____

Tem conhecimento do que é controlo interno? *

- Sim
- Não

Secção II - Caracterização da empresa

Dimensão da empresa *

- Microentidade
- Pequena empresa

Setor de atividade: *

- Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
- Indústria
- Construção
- Comércio
- Transportes e armazenagem
- Serviços
- Saúde
- Outro: _____

Número de colaboradores? (Inserir número) *

Sua resposta _____

Volume de negócio? (Inserir número em milhares euros) *

Sua resposta _____

Secção III - Controlo Interno

A empresa onde exerce funções tem algum tipo de controlo interno implementado? *

- Sim
- Sim, mas desadequado à empresa
- Não
- Não sei

Secção III - Controlo Interno

Qual o motivo? *

- Decisão da gerencia
- Falta de recursos humanos ou financeiros
- Desconhecimento
- Outro: _____

Secção III - Controlo Interno

Considera que o responsável pelo controlo interno deve ter unicamente essa função? *

- Sim
- Não

Numa escala de 1 a 5, onde 1 corresponde a “Nada importante” e 5 corresponde a “Muito importante”, seleccione o grau de importância que atribui ao controlo interno em cada uma destas áreas. *

	1	2	3	4	5
Operacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Financeira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Compras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Produção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos Humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Numa escala de 1 a 5, onde 1 corresponde a “Nenhuma importância” e 5 corresponde a “Muita importância”, selecione o grau de importância que atribui às seguintes afirmações no âmbito das micro e pequenas empresas: O controlo interno é importante para... *

	1	2	3	4	5
garantir a precisão e integridade das informações financeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
proteger os ativos da empresa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
melhorar a eficiência operacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
aumentar a confiança dos investidores e "stakeholders" (clientes, funcionários, fornecedores..)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Numa escala de 1 a 5, onde 1 corresponde a “Discordo totalmente” e 5 corresponde a “Concordo totalmente”, seleccione o grau de importância que atribui às seguintes afirmações no âmbito das micro e pequenas empresas:

*

	1	2	3	4	5
O controlo interno deve acompanhar o crescimento da empresa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O controlo interno reduz os riscos associados à dimensão, dinamismo e capacidade de adaptação das micro e pequenas empresas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O desenvolvimento de um manual de controlo interno demonstra uma preocupação acrescida com esta temática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O responsável pelo controlo interno deve ter essa única função	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quando o responsável pelo controlo interno tem outras funções, a confiança no seu trabalho pode ser comprometida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Numa escala de 1 a 5, onde 1 corresponde a “Discordo totalmente” e 5 corresponde a “Concordo totalmente”, selecione em que grau concorda com cada uma das seguintes afirmações sobre os benefícios de ter pessoal dedicado exclusivamente ao controlo interno:

*

	1	2	3	4	5
Maior precisão e eficácia no controlo interno	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento da transparência organizacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redução do risco de fraude ou erros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumento do alcance do controlo interno	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>